



Caso Alex Saab Cabo Verde **não vai cumprir** decisão do Tribunal da **CEDEAO**

Págs. 2 a 3

Direitos humanos

Abuso policial representa 11% das queixas recebidas pela CNDHC

Págs. 12 e 13



Aduaneiros afirmam

Liza Vaz “não tem legitimidade moral e institucional” para dirigir DNRE

Pág. 4



Desporto

Capitão lamenta falta de valorização dos heróis do andebol

Pág. 14, 15 e 17

Campanha & família



Pág. 23

Maria Ilena Rocha - Diáspora

“Não deixem que os pensamentos dos outros turvem a vossa personalidade individual”

Págs. 2 a 3
in ETC



TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

Receitas e Dicas —

Passatempo —





Ulisses Correia e Silva



Alex Saab

Caso Alex Saab

Cabo Verde não vai acatar decisão do Tribunal da CEDEAO

Mais de uma semana depois de o Tribunal da CEDEAO ter ordenado o Estado cabo-verdiano para que Alex Saab aguarde o seu julgamento em “prisão domiciliar” num hotel ou casa da sua escolha, com acesso aos membros da família, médicos e advogados, essa ordem continua por se cumprir. Isto é, Saab permanece preso na ilha do Sal e não há sinais de que o quadro venha a mudar.

Confrontado com a decisão daquele tribunal da comunidade sub-regional de que Cabo Verde é membro, no sentido da libertação imediata de Saab, o primeiro-ministro afirmou que, independentemente dos compromissos com a CEDEAO, “Cabo Verde tem soberania judicial” sobre o caso em apreciação judicial no país.

“Temos um processo judicial em curso e vamos esperar que o Supremo Tribunal de Justiça tome a melhor decisão relativamente ao julgamento deste caso. Portanto, o Governo não se interfere nas decisões de âmbito judicial, e Cabo Verde tem a sua soberania quanto às questões relativas ao funcionamento da justiça, independentemente da adesão à CEDEAO”, declarou.

Confrontado, pelo A NAÇÃO, com essa declaração, Baltazar

A decisão do Tribunal da CEDEAO a ordenar que o colombiano Alex Saab aguarde o seu julgamento, em Cabo Verde, em prisão domiciliar, não vai ser acatada pelas autoridades do país. A cidade da Praia não subscreveu e nem ratificou um protocolo de 2005 que retira aos estados membros desse tribunal a “soberania judicial” em determinadas matérias. Com base nisso, o procurador-geral da República, José Landim, alega que a sentença daquela corte é “inexequível”.

Daniel Almeida e José Vicente Lopes

Garzón, advogado principal de Alex Saab, afirmou que a decisão do Tribunal da CEDEAO “é vinculativa para Cabo Verde, como exige a sua condição de membro dessa organização sub-regional”.

“Coloca esta decisão em dúvida é gerar uma confusão inaceitável, máxime quando provém da boca do primeiro-ministro a quem se exige respeito e submissão aos tribunais”, realçou este antigo juiz espanhol.

“Efetivamente estamos ante uma decisão judicial e não política, pelo que não faz sentido este pronunciamento político que representa uma pressão inaceitável para o poder judicial”, acrescentou.

Acusado de exercer uma pressão ilegítima sobre a justiça cabo-

verdiana e sob o próprio Estado de Cabo Verde, com amplo recurso à comunicação social e outros meios, Garzón afirma que ele e os seus colegas, na qualidade de advogados de Alex Saab, apenas têm apelado aos instrumentos democráticos e de justiça, nos quais confiam, “frente àqueles que preferem as vias de facto que cerceiam” o Estado de Direito de um país como Cabo Verde”.

“Consideramos que nenhum país, por forte que seja, como os Estados Unidos da América, pode submeter aos seus ditados as instituições judiciais, diretamente ou através de órgãos políticos do próprio país”, realçou.

O que está em jogo, conforme Garzón, são os direitos de um cidadão a um julgamento justo e

a que o seu estado de saúde seja preservado.

“Foi isto que disse o Tribunal da CEDEAO”, realça, lembrando que foi uma decisão “unânime” em que uma das conselheiras é uma juíza cabo-verdiana, Januária Costa. “A medida cautelar de ordenar a prisão domiciliária tem apenas esse objectivo, velar pelos direitos humanos de Saab”.

Perguntado sobre eventuais medidas a serem tomadas caso as autoridades cabo-verdianas não acatarem a decisão do Tribunal da CEDEAO, Baltazar Garzón avisa: “Seguiremos denunciando a situação inumana na qual se encontra Alex Saab perante os relatores das Nações Unidas, assim como a arbitrariedade desse processo”.

Femi Falana diz que interpretação do PM é “incorreta”

Na mesma linha de Baltazar Garzón, também Femi Falana, advogada que lidera a equipa jurídica de Alex Saab perante a CEDEAO, afirma que a posição das autoridades cabo-verdianas em relação à decisão da CEDEAO “é incorreta”.

“A decisão do Tribunal da CEDEAO é vinculativa para Cabo Verde, conforme exigido pelo seu estatuto de membro da CEDEAO. Se Cabo Verde decidir desobedecer à ordem direta do Tribunal da Comunidade, talvez devesse reconsiderar a sua participação em toda a organização”, argumenta.

Dúvidas sobre a exequibilidade da decisão

Contudo, o procurador geral da República (PGR), José Landim, mostrou, à RCV, alguma dúvida em relação a uma eventual possibilidade de Cabo Verde estar sob a jurisdição do Tribunal da CEDEAO, tendo em conta que o primeiro protocolo, de 1991, “não foi ratificado e nem publicado”, enquanto o segundo, de 2005, “não foi assinado



Baltazar Garzón

Tribunal da CEDEAO e Cabo Verde

O Tribunal de Justiça da CEDEAO foi criado, em 1991, ao abrigo do disposto nos artigos 6 e 15 do Tratado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Cabo Verde é membro dessa corte, tanto assim que um dos seus cinco juizes é a cabo-verdiana Januária Costa, que foi ministra da Justiça do último governo de Carlos Veiga, nos anos 1990.

Vários instrumentos jurídicos regulam o funcionamento do Tribunal da CEDEAO, nomeadamente o protocolo A / P1 / 7/91, de 06 de Julho de 1991, acrescido do Protocolo Suplementar A / BP-1/01/05, de 19 de Janeiro de 2005, bem como do Protocolo Suplementar A / SP.2/06/06 de 14 de Junho de 2006, o Regulamento de 3 de Junho de 2002, e regulamentação complementar C / REG.2 / 06/06, de 13 de Junho de 2006.

Aliás, é o próprio artigo 11º, nº 2, do protocolo de 2005, que deixa perceber que a vinculação a esse instrumento depende da sua ratificação pelos Estados signatários, em conformidade com as suas próprias regras constitucionais.

Cabo Verde não ratificou instrumentos jurídicos da CEDEAO

Por incúria, desatenção, ou por razões outras, que só o Estado de Cabo Verde saberá, o Governo não assinou nem o Parlamento ratificou todos aqueles instrumentos jurídicos. No máximo, a ser verdade, Cabo Verde apenas assinou o Protocolo A/P.1/7/91, de 19 de Janeiro, que conferiu as competências originárias ao Tribunal da CEDEAO.

Para as autoridades cabo-verdianas, nomeadamente o primeiro-ministro e o procurador geral da República, a queixa apresentada por Alex Saab não se enquadra nas competências originárias conferi-

das pelo Protocolo de 1991.

Isto porque, como referido atrás, em 2005 foi aprovado o Protocolo Adicional A/SP.1/01/05, de 19 de Janeiro de 2005, que, introduzindo alterações ao Protocolo A/P.1/7/91, veio alargar significativamente as competências desse tribunal, passando a abranger, nomeadamente, a matéria de violação dos direitos do homem ocorrida no território dos Estados Membros.

Todavia, ao não ter assinado e muito menos ratificado o protocolo de 2005, Cabo Verde não se encontra vinculado a esse tratado.

E, não estando sujeito à Jurisdição do Tribunal da CEDEAO no que toca às queixas individuais por eventual violação de direitos do homem, o Estado cabo-verdiano recusa-se a acatar a decisão no sentido de ser decretada a prisão domiciliar a Alex Saab.

O Tribunal da CEDEAO é composto por cinco juizes independentes, escolhidos primeiro por concurso e depois indicados pela autoridade dos Chefes de Estado e de Governo, para um mandato de quatro anos, por recomendação da Comunidade Conselho Judicial.

Nesse tribunal não existe a figura do “voto vencido”. Talvez isso ajude a explicar o facto de Januária Costa aparecer a subscrever a decisão do passado dia 30 de Novembro. Por aquilo que conseguimos apurar, sendo adoptada internamente por maioria dos juizes, todos os juizes passam a estar vinculados à sentença proferida.

Outro facto não menos estranho, será que os integrantes do Tribunal da CEDEAO, inclusive Januária Costa, desconheciam que Cabo Verde, afinal, não subscreveu o Protocolo de 2005? Até Fevereiro, quando essa corte voltar a reunir-se sobre o caso Alex Saab, muita tinta haverá de correr.

JVL

pelo Governo de Cabo Verde”.

Por isso, o PGR admite que “poderá não ser exequível” a decisão do Tribunal da CEDEAO que decretou a libertação imediata de Alex Saab, aprovando a sua prisão domiciliária num hotel ou casa da sua escolha, com acesso aos membros da família, médicos e advogados.

Segundo José Landim, a entidade demandada é o Governo de Cabo Verde e não o poder judicial e, daí, “existirem sérias dúvidas se Cabo Verde esteja sob a jurisdição da CEDEAO”.

Sobre o processo em si, o PGR afirma que foram provados factos pelo Tribunal da CEDEAO que “não estão provados” no processo que decorre no país.

Em primeiro lugar, alegou, “é falso” que Alex Saab estivesse

na posse de passaporte diplomático quando foi detido em Cabo Verde e, em segundo lugar, “também é falso” que este empresário não tenha recebido assistência médica.

De referir que a decisão do Tribunal da CEDEAO é uma “medida cautelar”, isto é, provisória, até que uma sentença definitiva venha a ser adoptada por essa corte. E esta questão, a mais importante, em princípio, está prevista para Fevereiro do próximo ano.

Ora, é de se perguntar, não tendo Cabo Verde assinado nem ratificado o protocolo de 2005, daí a manutenção da prisão de Alex Saab, sobre que matéria ou matérias o Tribunal da CEDEAO se irá pronunciar nessa altura.

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIII | Nº 693 | 10 de Dezembro de 2020 | Registo DGCS: Nº3/2007 | Registo ARC: Nº3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo (Maio) | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Crislene Brito (São Nicolau), Miriam Brito (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Frago (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

Aduaneiros afirmam

Liza Vaz “não tem legitimidade moral e institucional” para dirigir DNRE

A directora nacional de Receitas do Estado está sob fogo cruzado dos funcionários da Direcção Geral das Alfândegas (DGA), que pedem a intervenção de Olavo Correia, por considerarem que a mesma “não tem legitimidade moral e institucional” para dirigir essa instituição. Liza Vaz, que é acusada de ter atitudes prepotentes, afirma que se está a “fabricar” uma “falsa” narrativa.

Daniel Almeida



Numa carta endereçada ao vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Olavo Correia, com conhecimento do presidente da República, primeiro-ministro e líderes das bancadas parlamentares, um grupo de 88 funcionários da DGA dá conta do seu “profundo incómodo”, a “roçar o descontentamento e desmotivação”, em relação “aos comportamentos que vem sendo demonstrados pela Directora Nacional de Receitas do Estado”.

“Desprezo dos funcionários da DGA”

Liza Vaz é acusada pelos signatários da carta, que A NAÇÃO teve acesso, de ter “atitudes de discriminação” e de “alguma falta de consideração” com relação a uma instituição centenária como é a DGA, “ela própria com relação ao pessoal subalterno e com relação aos próprios dirigentes, marcando uma diferenciação negativa entre a DGA e Direcção Geral de Contribuição e Impostos (DGCI)”.

Como “comportamentos reprováveis” mais recentes, os denunciadores falam de uma reunião do pessoal para discutir os Estatutos da Direcção Nacional,

onde Liza Vaz revelou, perante a equipa de trabalho, “um posicionamento tendencioso (maternalista) em relação às pretensões dos funcionários da DGCI, num claro proteccionismo com relação a esse pessoal, em detrimento do pessoal da DGA”.

Os reclamantes consideram que Liza Vaz teve atitudes “prepotentes”, tais como “quero, posso e mando”, fazendo afirmações que julgam ser “graves”, como: “posso mandar aprovar os Estatutos, em discussão, sem escutar o posicionamento e opiniões da DGA (funcionários e dirigentes)”.

Outro aspecto que não agradou os aduaneiros prende-se com o facto de Liza Vaz ter publicado nas redes sociais e na página web da instituição, durante o estado de emergência/calamidade, comentários manifestando “regozijo e elogios” aos funcionários da DNRE, em especial aos funcionários da DGCI, “num total desprezo e esquecimento dos funcionários da DGA”.

Os alfandegários lembram que, durante esse período de emergência/calamidade, uma parte do pessoal da DGA esteve nas fronteiras (portos e aeroportos) “prestando, com zelo e dedicação o seu contributo perante a ameaça real da covid-19, com ab-

negação total e sem dar tréguas”.

Entre outros inúmeros aspectos (a lista é longa) os aduaneiros destacam a forma “incorreta” como Liza Vaz tratou o director-geral das Alfândegas, “expulsando-o” da sala de reuniões, “convidando-o, ao mesmo tempo, para se demitir do cargo”.

Perante esses factos, os signatários dessa carta dizem sentir-se “desmotivados e atingidos na sua dignidade”. Acrescentam ainda que Liza Vaz “não tem legitimidade moral e institucional para dirigir a DNRE”.

Por tudo o que expõem os subscritores solicitam a intervenção de Olavo Correia, no sentido de se evitar “males maiores” e que possam prejudicar o funcionamento de um “sector fulcral” na arrecadação de receitas do Estado, “dado a uma progressiva degradação das relações normais que se deseja entre os funcionários da DGA e a directora nacional, sendo esta última a principal protagonista”.

Liza Vaz fala de “percepções erradas e falsas”

Na resposta aos aduaneiros, a visada deixa claro que não há qualquer discriminação entre os

funcionários da DGA e da DGCI, que estão sob a alçada da DNRE.

Liza Vaz diz que, tendo tomado conhecimento de um documento designado “Funcionários da DGA vs Directora Nacional”, assinado por “88 dos 206 colaboradores da Direcção Geral das Alfândegas”, que não poderia deixar de se dirigir a todos os colaboradores dessa Direcção Geral, “sobretudo pela inquietude que o conteúdo dessa nota possa ter desencadeado no espírito não só de quem tomou conhecimento, mas sobretudo dos que o rubricaram, provavelmente, por terem recebido uma informação descontextualizada e, por conseguinte, susceptível de, naturalmente, criar percepções erradas e falsas do real contexto”.


A DNRE diz igualmente, num documento que A NAÇÃO teve também acesso, que “não é minha intenção fazer disso um contraditório, nem faria qualquer sentido fazê-lo aqui, no entanto, não posso deixar de realçar que os pontos 3.1 a 3.2.6 (da carta dos funcionários da DGA) resultam de situações e frases desgarradas e descontextualizadas com o propósito de fabricar a falsa narrativa de um alegado favoreci-

mento da DGCI em detrimento da DGA”.

Liza Vaz enfatiza que, no quadro das restrições impostas pela covid-19, o agradecimento foi dirigido “a todos os colaboradores da DNRE” e, “especialmente” às repartições e à Equipa TI sim, porque “foram os serviços que se viram confrontados a implementar as medidas de apoio ao COVID de acesso às moratórias e ao lay-off num curto espaço de tempo e com enorme pressão social”.

Esta responsável entende que isso não significa, “de forma alguma”, que “os demais serviços da DNRE tivessem sido ignorados”.

“Adicionalmente, gostaria de deixar claro o meu compromisso de engajamento com as duas direcções que estão sob a tutela da DNRE, sem qualquer distinção, para que possamos ser uma instituição forte, equilibrada e à altura dos desafios internos e internacionais”, enfatizou.

Liza Vaz termina a sua resposta aos funcionários da DGA afirmando que estará sempre disponível para ouvir e procurar uma solução dentro do espírito institucional da DNRE, “sempre em obediência à justiça, equidade, imparcialidade e boa-fé”. 



TELECOMUNICAÇÕES

18 anos a crescer com Cabo Verde

18 anos

- Maior empresa especializada no ramo das Telecomunicações, em Cabo Verde
- Posição privilegiada no mercado nacional
- Peça fundamental no desenvolvimento do mercado das Telecomunicações do país
- Contínua aposta nos recursos humanos, formando profissionais nas áreas das telecomunicações
- Desenvolvendo uma forte vertente social, apoiando escolas, famílias e instituições
- Distinguindo-se pela simplicidade e qualidade nos serviços prestados



MARCAS REPRESENTADAS PELA TEI EM CABO VERDE



Centrais PABX



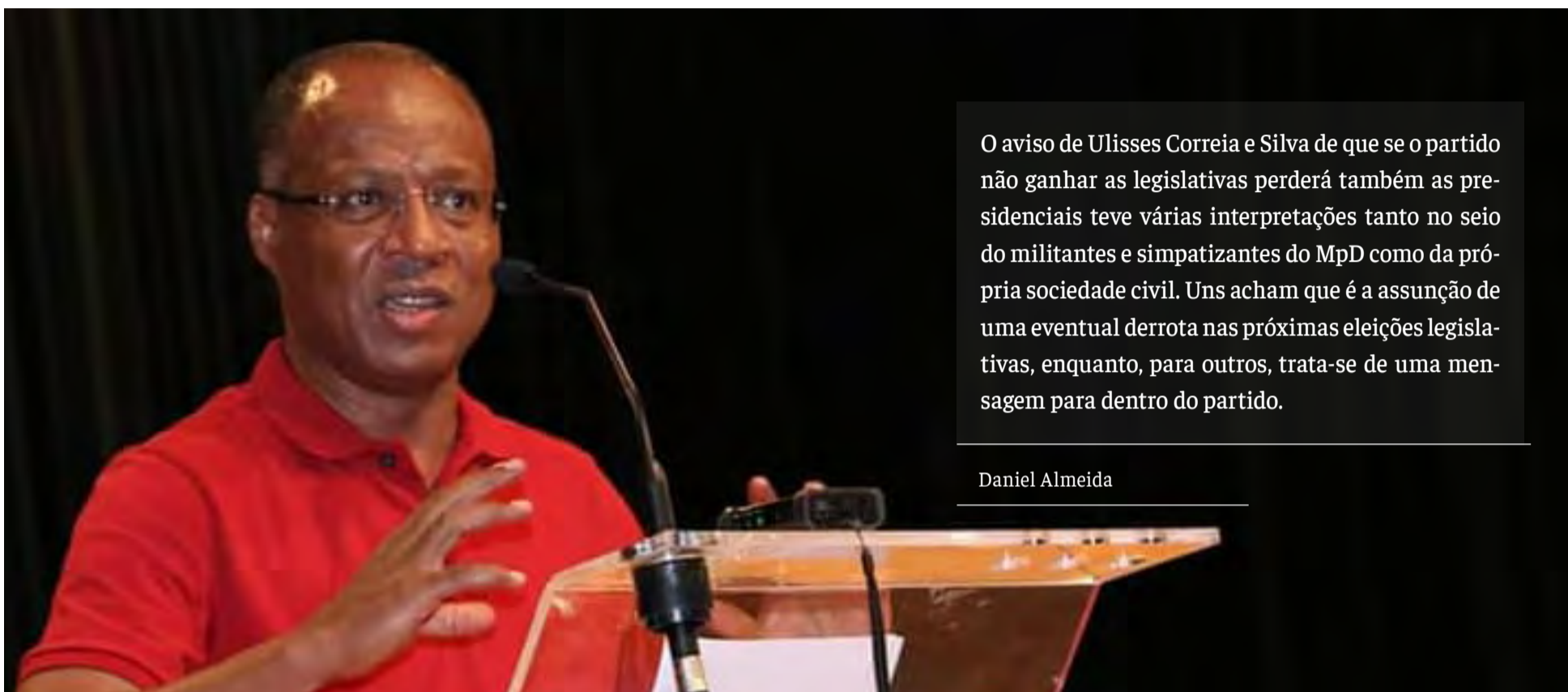
UPS



Centrais PABX

Ulisses lança aviso aos desavindos do MpD

“Se não ganharmos as legislativas perderemos as presidenciais”



O aviso de Ulisses Correia e Silva de que se o partido não ganhar as legislativas perderá também as presidenciais teve várias interpretações tanto no seio do militantes e simpatizantes do MpD como da própria sociedade civil. Uns acham que é a assunção de uma eventual derrota nas próximas eleições legislativas, enquanto, para outros, trata-se de uma mensagem para dentro do partido.

Daniel Almeida

Em tempo de lamber as feridas deixadas pelas eleições autárquicas, que mostraram um MpD em recuo e o PAICV em crescimento, numa reunião com militantes e simpatizantes do partido, na Praia, Ulisses Correia e Silva tratou de ser claro:

“Quem não votou e se absteve, agora é hora de ir votar, porque agora é hora de compromissos mais sérios (...) porque se não ganharmos as legislativas já perdemos tudo, incluindo presidenciais. Não é hora de castigar o MpD e nem de castigar o Governo”.

Leituras ao aviso de UCS

Os que consideram que esse é o anúncio de uma derrota antecipada, falam do “divórcio” entre a cúpula do MpD e as bases do partido que “foram esquecidas” desde a vitória nas eleições legislativas de 2016 e que tem provocado uma onda de descontentamento nos militantes e nos simpatizantes, que preferiram não votar nas últimas eleições autárquicas.

Mas, para aqueles que olham

para a afirmação de UCS como um recado para a navegação ventoinha, esta foi uma forma de “chantagear” os apoiantes de Carlos Veiga que tentam tirar o tapete ao actual líder do MpD e primeiro-ministro. Principalmente na Praia, os veiguistas são acusados de terem ficado “distantes” nas campanhas para as recentes eleições autárquicas.

Segundo uma fonte bem posicionada, tanto Ulisses como Fernando Elísio Freire têm tido uma posição “dúbia” em relação aos “regressados” do PCD, que, na “surdina” tentam tomar conta do partido.

Com a derrota de Óscar Santos, na Praia, e com a saída de cena de Jorge Carlos Fonseca, em Outubro do próximo ano, o PCD, que “quer estar no centro do poder”, ficará apenas com Jorge Santos, como presidente da Assembleia Nacional, na esfera da sua influência política.

Jorge Santos e Carlos Veiga

Ao trazer a questão das presidenciais à colação, UCS quis pas-

sar a mensagem de que o lugar não está reservado para ninguém.

Aliás, a entrega de “corpo e alma” do presidente da AN na campanha para as últimas eleições autárquicas espelham o desejo de Jorge Santos ser a “escolha natural” do MpD para essa corrida.

Contudo, conforme a nossa fonte, o PAN tem um elevado nível de rejeição nas sondagens internas encomendadas pelo MpD, bem como da própria sociedade civil dada a forma como dirige os trabalhos do Parlamento.

A tentativa de cassar o mandato de António Monteiro, da UCID, em plena sessão plenária, veio atestar o seu despreparo para cargos de altíssima responsabilidade como a Presidência da República.

Por outro lado, Carlos Veiga, que é tido como candidato natural do MpD para as presidenciais, prefere não abrir o jogo de momento. Escaldado das anteriores experiências, o líder histórico dos ventoinhas ficará à espera dos resultados das eleições legislativas para decidir se avança, ou não.

“Se a vitória do MpD nas próximas eleições legislativas fossem favas contadas como se esperava há alguns meses, Veiga já teria decidido”, concluiu o nosso interlocutor.

Hélio Sanches marca terreno

Mas quem já marcou terreno é o deputado Hélio Sanches, conhecido advogado de Santa Catarina, que, na semana passada, anunciou a sua candidatura à Presidência da República.

Para quem conhece a “família” ventoinha, ao colocar-se nesse tabuleiro, Sanches poderá estar a valorizar a própria cabeça para, no momento certo, negociar a sua retirada de cena a favor de Carlos Veiga.

Apelo à confiança interna

No encontro com os militantes, Ulisses Correia e Silva reconheceu, no entanto, que o PAICV está mais motivado, por causa dos resultados das autárquicas, e um dos efeitos pós-eleitoral é um MpD diferenciado. Não mais

o MpD de 2016 que venceu todas as corridas em que participou, reduzindo o PAICV à sua expressão mínima.

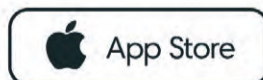
Por isso, lançou um apelo no sentido de se garantir uma maior confiança interna e que a mesma seja transmitida à sociedade no sentido de se mobilizar mais militantes e, no final, convencer a sociedade.

O líder do MpD disse ter notado poucos combates nas redes sociais contra o PAICV e muitos contra o próprio MpD, uma realidade que defendeu ser necessário alterar e combater o principal partido da oposição.

“Sabemos, exactamente, a realidade que temos, pessoas estão em estado de necessidade e de dificuldade e elas têm noção daquilo que pode ser melhor para elas e temos que ter a capacidade de fazer diferente daquilo que o nosso adversário faz”, disse, elucidando que o PAICV tem uma estratégia de populismo, isto é, alimentando o estado de insatisfação das pessoas, contando para isso as fraquezas do MpD e do Governo, agravadas pela pandemia da covid-19.

Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Manuais tramam Maritza Rosabal

Maritza Rosabal, que conseguiu sobreviver às críticas do escândalo dos erros e gralhas nos manuais, logo no início desta governação, voltou a ser confrontada com esse velho problema do ensino em Cabo Verde. Na altura, apesar de publicamente desautorizada por Ulisses Correia e Silva, permaneceu no cargo, talvez na esperança de que nunca mais o assunto voltaria à baila.

Críticas da Primeira Dama

Rosabal, diante das críticas da primeira dama, terá alegado questões pessoais para apresentar o seu pedido de demissão, já na recta final desta legislatura, a três meses sensivelmente das próximas eleições legislativas. Ainda falou-se por trás das “razões pessoais” poderiam estar algum familiar próximo, mas ao que tudo indica isso não corresponde à verdade.

A NAÇÃO sabe que a avalanche de críticas internas no seio do MpD, logo após a derrota do partido nalgumas câmaras, elevou o tom da contestação à Rosabal.

A mesma é criticada de “destruir” a educação e o facto de a demissão ter ocorrido na véspera da reunião de Ulisses Correia e Silva com os militantes do partido, na Praia, é um outro elemento que ajuda a adensar o mistério em torno da sua saída do Executivo.

Ao que consta também, no caso das críticas de Lígia Fonseca, sentindo-se desamparada, perante o silêncio da cúpula do partido e da chefia do Governo, Maritza Rosabal resolveu bater com a porta.

De nada terá valido o facto de dias depois o secretário de Estado, agora ministro, Amadeu Cruz, tivesse aparecido a esclarecer o caso dos manuais. Mas, mesmo Amadeu, teve o cuidado de “ressalvar” que não estava a responder à primeira dama, que-



O dossiê “manuais escolares” terá sido a causa principal da saída de Maritza Rosabal do cargo de ministra da Educação. Rosabal acabou por atirar a toalha, dias depois de a Primeira Dama, Lígia Fonseca, ter tecido duras críticas ao sector da educação, por falta de manuais nalguns anos de escolaridade. A isso junta-se o descontentamento das bases do MpD em relação ao seu desempenho.

Daniel Almeida e Natalina Andrade

rendo com isso evitar um conflito, certamente, com o presidente da República, Jorge Santos.

Sem prestar declarações

O certo é que as razões verdadeiras da saída de Rosabal do Governo continuam por se saber. Mal começou a constar que ela estava demissionária, o primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, apressou-se a anunciar o facto na sua página do Facebook alegando “razões pessoais” dessa sua ex-colaboradora.

No dia da posse dos seus sucessores (Amadeu Cruz, como ministro da Educação, e Fernando Elísio Freire, que passa a acumular o Ministério da Família

e Inclusão Social), trajando um vestido cor de rosa, abordada pelos jornalistas, Maritza Rosabal se recusou a prestar qualquer declaração sobre o assunto.

PAICV: “no pior momento”

Do lado do PAICV esta saída a escassos meses das eleições gera uma certa preocupação, num momento em que as famílias passam por algumas dificuldades derivadas da crise provocada pela covid-19.

Janira Hopffer Almada considerou que este pedido de demissão não poderia ter ocorrido num “pior momento”, tendo em conta a importância desses dois sectores.

Em relação aos nomes indicados – Fernando Elísio Freire para a Família e Inclusão Social e Amadeu Cruz para Educação, a presidente do partido tambarina revela preocupação com a acumulação, num único ministro, de pastas “sensíveis”, num contexto também especial e com impactos na vida das famílias.

“Ministro esse que já detém a tutela sobre outros sectores sensíveis e que carecem de uma dinâmica particular, como a Juventude e o Desporto”, criticou.

UCS: Pastas estão “bem entregues”

No dia do empossamento dos novos ministros, o chefe do Go-

verno considerou que ambas as pastas estão “bem entregues” e que os novos responsáveis darão boa continuidade à governação.

“Aquilo que tiver que ser feito será feito, em qualquer área, porque nós governamos até o último dia do nosso mandato. Não podemos estar condicionados a períodos pré-eleitorais, nem suspender a ação governativa”, alegou.

Quanto à Educação, UCS voltou a enaltecer o “legado” da antiga ministra e diz que Amadeu Cruz dará uma boa continuidade. O PM reconheceu, entretanto, a “dedicação que a Maritza colocou ao serviço do país e a determinação na realização de importantes reformas no sistema educativo e na protecção social”.



CNE quer melhorias para fazer face à pandemia no próximo ciclo eleitoral em 2021



A presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE) considera que as eleições autárquicas foram bem-sucedidas, no entanto, sugere melhorias nos mecanismos para fazer face à pandemia de covid-19 no próximo ciclo eleitoral em 2021. O desafio foi lançado, quarta-feira, 9 de dezembro, numa conferência de Imprensa para balanço das eleições autárquicas de 25 de Outubro último.

Miriam Pires*

Apesar dos constrangimentos impostos pela covid-19 à 8ª eleição municipal em Cabo Verde, Maria do Rosário Gonçalves afirma que a situação de pandemia não reduziu o tempo de campanha, não houve interferências administrativas e os órgãos de comunicação social deram visibilidade a todas as candidaturas e, principalmente, não se reduziu a competitividade e nem o debate político eleitoral.

“Para as eleições autárquicas foram introduzidas novas iniciativas e medidas no processo eleitoral e foram observados a questão da inclusão, equilíbrio de género, atuação da comunicação social e dos direitos humanos a exceção dos eleitores internados com covid-19 e os em isolamento profilático que não foram contemplados com regime excepcional de voto antecipado, pese embora o pedido da CNE à Assembleia Nacional”, destacou a presi-

dente da CNE.

Relativamente às próximas eleições, Maria do Rosário, explica que houve alguns constrangimentos nas últimas autárquicas que precisam ser evitados nas próximas eleições, nomeadamente nas legislativas previstas para 2021. A CNE sugere melhorias nos mecanismos para fazer face à pandemia e garantir o exercício do voto aos eleitores com restrições devido à covid-19.

“Nós registamos e reiteramos que há situações que não poderão ser atendidas se não houver iniciativas legislativas da As-

sembleia Nacional, caso as eleições venham a acontecer num contexto de pandemia. É fundamental que o poder legislativo, a prevalecer o contexto das restrições da covid-19, consiga garantir o exercício de voto dos eleitores infetados ou que estejam em isolamento profilático, o que não aconteceu nas eleições de 25 de outubro”, sustentou.

Reptos para as próximas eleições

Melhoria na gestão das inscrições dos eleitores pelas CRE's,

melhoria na produção dos cadernos eleitorais adequados e dentro do prazo, disponibilização dos materiais indispensáveis aos funcionamentos das mesas de voto e garantir a introdução da linguagem gestual principalmente para os surdos, garantindo ampla acessibilidade das informações, são os reptos lançados pela presidente da CNE para as próximas eleições.

A CNE concluiu que as eleições autárquicas do passado 25 de outubro e o processo eleitoral em geral foram positivos e bem-sucedidos, tendo havido ganhos

relativamente aos anos anteriores, como a implementação da educação cívica permanente, a introdução da matriz braille para eleitores cegos e aumento do nível de participação das mulheres no voto.

Insuficiências

Apesar dos ganhos plausíveis, Maria do Rosário Gonçalves realça algumas insuficiências nas eleições autárquicas como a problemática da questão das transferências de inscrições dos eleitores, atrasos na produção e disponibilização dos cadernos pela Direcção-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral (DGAPE), defeitos graves das urnas que a DGAPE disponibilizou para Praia e Santa Catarina de Santiago, mesas em Santo Antão e Ribeira Brava que receberam da DGAPE boletins de votos de outros círculos, entre outros.

“Essas insuficiências logísticas e operacionais condicionaram os trabalhos nas mesas de votos com atrasos significativos para os círculos eleitorais da Praia, Santa Catarina, Ribeira Grande de Santo Antão que, entretanto, foram resolvidas, graças à pronta intervenção dos delegados da CNE nos respetivos municípios”, assegura a presidente da CNE.

As eleições autárquicas tiveram um total de 16 listas concorrentes sendo 4 partidárias e 12 independentes integrando um total de 2612 cidadãos. Foram recenseados cerca de 337 mil eleitores nacionais e estrangeiros e destes, 196 mil foram às urnas. Registou-se um aumento de 2% de eleitores que votaram comparativamente a 2016. Nestas eleições houve também um aumento de 14% do número de candidatas femininas e 15% de mulheres eleitas relativamente a 2016.

*Estagiária





Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Conservatória e Cartório Notarial da Boa Vista



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Conservatória e Cartório Notarial da Boa Vista

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de Segunda publicação, nos termos do art. 86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia vinte de Novembro de dois mil e vinte, a folhas oitenta e um do livro de notas para diversas número cinquenta e cinco dois foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Rosa Tavares Silva**, Que, têm perfeito conhecimento de que no dia seis de Setembro do ano de mil novecentos e quarenta, faleceu na freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista a senhora Rosa Antónia Silva, que também usava o nome de Rosa Tavares Silva, no estado de solteira, foi natural da freguesia de Santa Isabel, Concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Povoação Velha

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros dois netos, estes em representação da mãe **Maria Rosa Santos**, filha da autora da herança, atualmente falecida:

-**Netos:** (Filhos de Maria Rosa Santos)

a) **Cândida Santos Évora**, casada com Sidónio Alfredo Lima Rodrigues Tavares sob o regime de Comunhão de bens adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel,

concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Alemanha;

b) **Ciriaco Santos Évora**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Povoação Velha;

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão da identificada **Rosa Antónia Silva**.

E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto - lei nº 9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado. Esta Conforme.

Cartório Notarial da Boa Vista, aos vinte e três do mês de Novembro de 2020.

Art. 209,4.2:-----1.000\$00.

Selo;-----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

A NOTÁRIA
Isabel Maria Gomes da Veiga
/ Isabel Maria Gomes da Veiga /

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de primeira publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia vinte e três de Novembro de dois mil e vinte, a folhas noventa e sete do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta cinco foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Firmo Livramento Pires** que, têm perfeito conhecimento de que no dia vinte e sete do mês de Agosto do ano dois mil e vinte, na freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, no seu domicílio em Sal Rei, faleceu **Firmo Livramento Pires**, casado com Maria Das Mercedes Pereira, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho de Boa Vista, e com última residência habitual em Sal Rei.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros dezasseis filhos e quatro netos, estes em representação do pai (Raúl Manuel Pereira Pires), filho do autor da herança já falecido:

Que os referidos herdeiros são os seguintes:

Filhos:

a) - **Orlandina Santos Ramos Pires**, casada com Agostinho Baptista sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em França;

b) - **Rui Alberto Pires**, casado com Anete Cristina Ramos Silva, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em França;

c) - **Maria Ludemilde Pereira Pires**, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal Rei;

d) - **Maria Isabel Lima Silva Ferreira**, casada com José António Silva Ferreira sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Portugal;

e) - **Regaldino Emílio Pereira Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal Rei;

f) - **Maria Cristina Lima Pires**, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Itália;

g) - **Jorge Elísio Caridade Pereira Pires**, divorciado, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em São Vicente;

h) - **Alberto Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal Rei;

i) - **Daniel Eduardo Lima Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal Rei;

j) - **Graciano Emanuel Pereira Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal Rei;

k) - **Edna Helena Pereira Pires Da Costa**, casada com Carlos Euclides Ramos Da Costa, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal Rei;

l) - **Nelson Jorge Lima Pires**, casado com Georgina Patrícia Barros Rodrigues, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Estados Unidos da América;

m) - **Américo Pereira Pires**, casado com Melineina da Graça dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Itália;

n) - **Beatriz da Luz Pereira Pires**, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Praia;

o) - **Oswaldo Andrade Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, e habitualmente residente em Sal Rei;

p) - **Eliseu Andrade Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal Rei;

Netos: (filhos de Raúl Manuel Pereira Pires)

a) - **Adriel Júnior Ribeiro Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, e habitualmente residente em Sal Rei;

b) - **Damilton Manuel Fortes Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal Rei;

c) - **Katia Helena Correia Pires**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, e habitualmente residente em Sal Rei;

d) - **Thais De Fátima Gomes Pires**, solteira, maior natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, e habitualmente residente em Portugal que, não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão do identificado Firmo Livramento Pires.

E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto - lei nº9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado.

Está Conforme

Cartório Notarial da Boa Vista, aos vinte e cinco dia do mês de Novembro de 2020.

A NOTÁRIA
Isabel Maria Gomes da Veiga
/ Isabel Maria Gomes da Veiga /

Art.º 200,4.2:-----1.000\$00.

Selo;-----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Nome do serviço: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos
Endereço: Morada: João Teves
Telefone/fax/email:2711041-email - Feilismino.benchimol@rni.gov.cv



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – Iª Série, que no dia três de dezembro de dois mil e vinte, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, Oficial Ajudante **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 6/A, a folhas 84, a seguinte habilitação:

Que no dia **oito** de **novembro** do ano **dois mil e vinte**, faleceu no Hospital Regional Santiago Norte, sem testamento ou disposição de última vontade o **Sr. CECILIO DOS REIS SANCHES**, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de Santa Catarina de Santiago e com última residência em Fundura - Santa Catarina.

Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legitimários:

a) **VANELSA DE BRITO SANCHES**, no estado de casada, natural da

freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Fundura - Santa Catarina; b) **JEREMIAS DE BRITO SANCHES**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Fundura - Santa Catarina.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos oito de dezembro de dois mil e vinte.

CONTA:

Artº.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 320 /2020.

O Notário, P/S

Felismino Monteiro Benchimol
/ Felismino Monteiro Benchimol /
Direção Geral dos Registos, Notariado e identificação, Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal, Achada Santo António. Praia, Cabo Verde

Covid-19

Autoridades voltam as atenções para São Vicente, novo foco da pandemia

Na segunda-feira, 07, São Vicente registou 28 novos casos positivos da covid-19, todos na Cadeia Civil da Ribeirinha. O foco foi despoletado após a morte de um detento de nacionalidade sueca, vítima dessa pandemia.

Na sequência deste óbito, testes PCR foram aplicados a cerca de 40 pessoas, entre reclusos e funcionários do estabelecimento prisional. De acordo com informações avançadas ao Mindelinsite pelo delegado de Saúde na ilha, Elísio Silva, neste momento, três dos 28 infectados estão hospitalizados no Hospital Baptista de Sousa, com sintomas da doença. Os restantes, todos assintomáticos, ficaram isolados numa ala especial na cadeia civil.

Neste momento, avança Elísio Silva, estão a ser aplicados testes aleatórios aos restantes funcionários e detentos, para identificar possíveis novos casos. Este responsável não consegue avançar, entretanto, como o vírus poderá ter entrado na cadeia.

“Qualquer preso ou funcionário pode ter levado o vírus para dentro da cadeia. No entanto, em caso de sintomas, cabe à direcção daquele estabelecimento accionar as autoridades sanitárias porque a cadeia fica fora da nossa área de trabalho”, recorda.

Desde a última quarta-feira até o fecho desta edição, a ilha registou 74 novas infecções.



A ilha de São Vicente é o mais novo foco de transmissão da covid-19, com registo, na última semana, de mais de 70 casos da doença. Uma equipa multidisciplinar já está na ilha para quebrar a cadeia de transmissão.

Natalina Andrade

Evolução na Praia satisfaz autoridades

Na segunda-feira, o director nacional da Saúde, Jorge Noel Barreto, destacou a evolução positiva do número de casos na Cidade da Praia, após ter sido “muito fustigada” pela pandemia.

“Nós passámos muito tem-

po a ter muitos casos por dia, causando grandes constrangimentos e muitos desafios na gestão da situação”, recordou, sublinhando que agora é possível voltar à organização que havia antes e melhorar as respostas em todas as áreas da saúde.

Esta diminuição é vista ainda como uma lufada de ar

fresco para os profissionais da saúde, já muito esgotados, depois de meses de trabalho muito intenso. Uma oportunidade também de retomar o fôlego e reorganizar-se, no sentido de dar uma resposta melhor, não só para os casos que ainda são notificados, mas também para outras situações de saúde.

INPHARMA com capacidade para 1500 testes diários

A nova unidade PCR dos laboratórios da INPHARMA vai ter capacidade para a realização de 1500 testes PCR diários e visa a melhoria de respostas na realização de testes à covid-19.

De acordo com o presidente do Conselho de Administração do INPHARMA, Joaquim Coimbra, esse laboratório, que pode processar 500 testes a cada 8 horas e um total de 1500 testes PCR diários, vai estar disponível para a realização de testes tanto das estruturas públicas de saúde como dos laboratórios privados, ficando este último sujeito a aprovação do Governo e da Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS).

Com a entrada em funcionamento, a partir desta quarta-feira, 09, deste novo laboratório, os preços dos testes PCR poderão registar uma baixa, admite o PCA da instituição de saúde.

A nova Unidade PCR dos laboratórios INLB/INPHARMA, foi inaugurada terça-feira, 8 de Dezembro, na Praia e representa um investimento de cerca de 35 mil contos.

Até ontem, quarta-feira, o país registava um total de 11.118 casos positivos acumulados. Destes, 10.712 já estão recuperados, 110 foram a óbito, sendo um deles por causas externas, dois foram transferidos para os países de origem e 294 permanecem activos.

Plano de vacinação divulgado em breve

Esta semana, o Primeiro-ministro anunciou para breve mais informações sobre o plano nacional de vacinação. Ulisses Correia e Silva garantiu que já foi criada uma comissão com todos os parâmetros definidos a nível técnico, nomeadamente a escolha e definição

do tipo de vacina, incluindo os grupos prioritários e todo o processo de calendarização e cronograma da campanha.

“Neste momento, segue o processo de seleção dos vários tipos de vacina que existem no mercado, para escolher aquela que está de acordo com as

nossas necessidades e especificidades”, precisou.

De acordo com UCS, o país está também a mobilizar mais recursos financeiros, além dos 5 milhões de Dólares já negociados com o Banco Mundial.

NA



Ulisses Correia e Silva

Direitos humanos

Abuso de autoridade policial representa 11% das queixas recebidas pela CNDHC



Durante o ano de 2020, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC) analisou 115 casos de alegada violação dos direitos humanos, com maior incidência nos direitos dos reclusos, da criança, abuso de autoridade e agressão policial, direito à saúde, habitação e direito laboral. O abuso de autoridade policial representa 11% da totalidade das queixas.

Natalina Andrade

Zaida Morais de Freitas

Denúncias de abuso policial e agressões nas esquadras do país são frequentes. De acordo com dados avançados pela CNDHC, 11% das queixas analisadas pelo mecanismo das denúncias em 2020 tem a ver com

abuso da autoridade ou agressão policial. Números que, de acordo com a presidente da CNDHC, Zaida Freitas, ainda preocupam, não obstante os investimentos feitos a nível da formação e capacitação de agentes na matéria.

Recomenda-se, portanto, que as denúncias de agressão policial sejam “investigadas com celeridade e que os responsáveis pela prática sejam devidamente punidos”, mas também uma aposta maior na intensificação das ações de di-

vulgação da Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e do seu Protocolo Facultativo junto das autoridades policiais e serviços de segurança.

Na generalidade, durante o

ano de 2020, 115 casos de alegada violação dos direitos humanos, de natureza variada, foram analisados. A CNDHC constata, com preocupação, que a maioria destes casos estejam relacionados, entre outros pontos, com os direitos

Sobre a CNDHC

A CNDHC é o organismo nacional que tem o mandato de proteção e promoção dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Direito Internacional Humanitário em Cabo Verde. Funciona como mecanismo de alerta precoce, vigilância e monitoramento da implementação das obrigações decorrentes da ratificação dos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos pelo Estado de Cabo Verde.

No âmbito das suas atribuições, a CNDHC realiza uma série de actividades com vista a promover, encorajar e

salvaguardar, através da fiscalização, o respeito pelos direitos das pessoas. Em matéria investigativa, a CNDHC também recebe, analisa e trata de denúncias de situações de violação dos direitos humanos.

Para garantir uma melhor monitorização da efectivação dos direitos humanos, está em processo de implementação o Observatório Nacional de Direitos Humanos e a criação de um sistema nacional de indicadores de direitos humanos que irá permitir medir o nível de realização dos direitos humanos no país. NA

dos reclusos e o abuso da autoridade policial.

São denúncias recebidas através de vários meios, desde o telefone, redes sociais, email e presencialmente, mas também através da identificação e tratamento de situações divulgadas na comunicação social, que se configurem como violação dos direitos humanos, conforme explica Zaida Freitas.

Mais autonomia

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2018, de 24 de Setembro, o Governo designou a CNDHC como Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP), atribuindo-lhe competências para efetuar visitas regulares, com ou sem aviso prévio e sem restrição, a qualquer local onde se encontrem ou se possam encontrar pessoas privadas de liberdade. Uma forma de reforçar a proteção dessas pessoas contra a tortura e outras penas ou tratamentos cruéis e desumanos.

Esta atribuição criou a possibilidade de intervir antes da ocorrência de uma violação, o que a comissão aponta como uma grande vantagem, em termos da proteção dos direitos humanos.

Entretanto, há também de-

safios e um deles prende-se com a pouca articulação e colaboração e a falta de feedback às recomendações do MNP, dificultando assim a implementação e o seguimento das recomendações feitas ao Estado de Cabo Verde.

“Regista-se, ainda, uma ausência de uma estratégia nacional para a implementação das recomendações feitas pelos órgãos de tratados e mecanismos de direitos humanos, situação que dificulta o processo de elaboração dos relatórios que o País deve submeter regularmente”, aponta, como um dos grandes desafios do mecanismo.

Outro desafio tem a ver com a própria autonomia do MNP, já que o organismo encontra-se ainda na orgânica do Ministério da Justiça.

“Este aspecto fragiliza o mandato do MNP e põe em causa os privilégios e as imunidades essenciais para o exercício do mandato pelos membros do MNP”, reforça Zaida Freitas.

Progressos e desafios

Cabo Verde, enquanto país democrático, analisa a presidente da CNDHC, tem apresentado inúmeros progressos no que se refere à promoção e proteção dos direitos huma-

nos, mas também, tem-se deparado com inúmeros desafios.

“Existem dimensões que ainda clamam por políticas públicas e ações para ultrapassar os desafios existentes, com o objetivo de promover uma melhor efetivação dos direitos humanos no país”, aponta.

Neste sentido, conclui, direitos como o do acesso à saúde de qualidade, habitação condigna, acesso à água canalizada, eletricidade, segurança alimentar e emprego digno são os que devem merecer uma atenção especial. A nível dos direitos civis e políticos, a morosidade da justiça, a percepção da impunidade e a insegurança pública são os aspetos que mais devem ser melhorados.

Para Zaida Freitas, é preciso melhorar a qualidade dos direitos de grupos específicos, tais como crianças, pessoas com deficiência, pessoas com doença mental, idosos, mulheres, migrantes e LGBTI.

Tudo isto, com especial enfoque no que se refere à diminuição das desigualdades sociais, diminuição da taxa de pobreza e dos assentamentos informais (construções clandestinas), habitação, saúde (incluindo evacuações) e justiça.

PUB



Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



GUIDE TO SANTIAGO ISLAND (ARQUIPELAGO DE CABO VERDE)

ALFA Comunicação

Cidada - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2602690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv

Capitão Leandro Semedo lamenta falta de valorização dos heróis do andebol

Os jogadores da selecção nacional de andebol estão ainda à espera do “reconhecimento” do Governo, após o inédito apuramento para o campeonato mundial em seniores masculinos. A menos de um mês para o arranque do Mundial, que se realiza no Egipto de 13 a 31 de Janeiro, o capitão desabafa, lamentando a falta de valorização desses atletas que já fizeram história.

Carlos Alves



Capitão da selecção nacional de andebol, Leandro Semedo lamenta a falta de valorização dos atletas que fizeram história na sua primeira participação no Campeonato Africano das Nações (CAN), em Janeiro de 2020, onde foram considerados a equipa sensação da 24.ª edição do torneio. O combinado nacional terminou a competição no quinto lugar, o que garantiu a sua qualificação inédita para o mundial da modalidade.

Agastado, Leandro Semedo chegou a desabafar que ele e alguns jogadores chegaram a pensar em não participar no mundial por falta de apoio e valorização das autoridades nacionais, quando comparados com outras modalidades, em particular o futebol.

Agora, em entrevista ao A NAÇÃO, Semedo conta que no estágio realizado em Novembro, em Portugal, a comitiva observou melhorias e admite que ele e companheiros mudaram a perspectiva.

“É a primeira vez que, em ternos de modalidades colectivas, Cabo Verde coloca uma selecção num mundial”, frisou o atleta.

O Governo fez saber que o plano de participação de Cabo Verde no mundial de andebol está orçado em 24 mil contos, com as autoridades a prometerem todas as condições para que a equipa nacional esteja à altura da prova. “Seria mau se o Governo não nos apoiasse, assim como ir em más condições para um mundial”, deixa saber.

Expectativas nas “terras do Faraó”

O campeonato do mundo de andebol sénior masculino está previsto entre os dias 13 e 31 de

Janeiro de 2021, no Egipto. Na primeira fase, os três melhores de cada um dos grupos seguem para a segunda fase. Cabo Verde que tem como meta a passagem à fase seguinte da competição, está inserido no “Grupo A”, encabeçado pela selecção alemã, três vezes campeã do mundo. O grupo é ainda integrado pela Hungria, com um vice mundial, e pelo Uruguai.

“É verdade que estamos num grupo com duas selecções do “top” cinco mundial, que são a Alemanha e a Hungria, porém esperamos passar para a próxima fase no terceiro lugar. Por aquilo que temos observado, a selecção do Uruguai é uma equipa que podemos vencer e brigar pela qualificação”, admite o capitão da selecção nacional, que afasta a pressão da primeira participação de sempre de Cabo Verde na maior competição de andebol a nível mundial.

“É uma competição na qual vamos participar pela primeira vez e iremos desfrutá-la ao máximo. Os rapazes estão muito motivados porque, ao fim ao cabo, é um sonho que está a tornar realidade”, Leandro Semedo. “O nosso principal objectivo é chegar à fase seguinte, depois, tudo pode acontecer”.

Conforme Semedo, a selecção nacional não terá grandes dificuldades em estudar os adversários europeus, no caso a Alemanha e a Hungria, uma vez que é relativamente “mais fácil” de se encontrar vídeos dos seus jogos para serem estudados. Já o Uruguai, pelo contrário, “não é tão simples” encontrar material para análise.

A selecção nacional parte para o segundo e último estágio antes do mundial no próximo dia 26 Dezembro, de novo em Portugal, na cidade da Nazaré.



Carreira individual marcada por Portugal e Espanha

Leandro Semedo, 25 anos, é natural da ilha de Santiago onde praticou andebol no Desportivo da Praia e no ABC. Na época 2013/14 assinou um contrato com o Futebol Clube do Porto para jogar no campeonato português de juniores e mais tarde na equipa B dos dragões.

O internacional cabo-verdiano ainda teve uma passagem, por empréstimo, durante uma época na Académica da Maia, em 2015/16. No ano seguinte regressou ao Porto, para jogar até a temporada 2018/19.

Já em 19/20 rumou à Espanha para integrar o Helvetia Anaitasuna e o actual clube, o Ademar León, onde na presente época já fez 17 jogos e 60 golos.

A mudança para a primeira divisão do campeonato espanhol trouxe evolução no jogo de Leandro que hoje considera-se um jogador com mais tempo de jogo e com mais experiência acumulada e um atleta mais “completo tanto a nível atacante como defensivo”.

O Ademar León encontra-se actualmente no quinto lugar, depois da derrota fora de casa, no último fim-de-semana, com o Barcelona, na 16.ª jornada do campeonato espanhol.

Pontos altos

Apesar da carreira bem-sucedida, com dois campeonatos portugueses, uma Taça de Portugal e uma Supertaça no currículo, Leandro Semedo confessa que “um dos pontos mais altos” da sua trajecto foi a qualificação com a selecção nacional para o Egipto 2011.

“Os atletas cabo-verdianos, em geral, devem acreditar e investir nos seus sonhos. O mundial de andebol vai servir para mostrar como o andebol cabo-verdiano desenvolveu de uma forma rápida. Vamos mostrar aos jovens de Cabo Verde, e de África, que podem acreditar e encontrar um caminho no desporto”, conclui Leandro Semedo.

CA

Cabo Verde Triangle Trail

Eliseu Fortes confirma favoritismo

A segunda edição do Cabo Verde Triangle Trail (CVTT), que decorreu no passado fim de semana em Santo Antão, teve como vencedor o internacional cabo-verdiano Eliseu Fortes. A prova foi considerada um sucesso pela organização que avalia a possibilidade de continuar com a competição na ilha.

Natural da Ribeira Grande, Santo Antão, Eliseu Fortes partiu como o favorito, vencendo as três etapas da segunda edição do Cabo Verde Triangle Trail (CVTT). Este evento que alia o desporto ao turismo, decorreu nos três municípios da ilha, Ribeira Grande, Paul e Porto Novo e terminou no passado domingo.

No trail longo feminino, a vencedora foi a portuguesa Ester Alves e a cabo-verdiana Flávia Andrade foi segunda classificada. Já no trail curto feminino, o primeiro lugar foi para a portovenense Etelvina Reis, que venceu as três etapas da prova.

Ivan Fortes, outro santantonense, venceu as três etapas e conquistou o trail curto masculino, enquanto na prova feminina a grande ven-

cedora foi Etelvina Reis, da Ribeira das Patas.

O francês Aurelien Garreau foi o vencedor do primeiro ultra trail de Santo Antão e Jailson Andrade, de São Vicente, ficou em segundo lugar na provada enquadrada nesta segunda edição da competição.

Rui Marques, director da CVTT, admite que a edição de 2021 poderá realizar-se, novamente, em Santo Antão. “Em função da pandemia e dos seus constrangimentos muita gente não pôde cá estar (...), mas parece-me que este modelo de apenas uma ilha funciona melhor e traz melhores resultados. As ilhas de Santiago e do Fogo não ficarão a perder porque nós vamos criar outras opções para estas ilhas, mas eventualmente o CVTT para o ano já se chamará Santo Antão Triangle Trail”.

A segunda edição do CVTT, que devido à Covid-19 foi realizada apenas em Santo Antão, de 4 a 6 de Dezembro, contou com a participação de mais de 520 atletas nacionais e internacionais nas três etapas, Ribeira Grande, Paul e Porto Novo.

CA





Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Nome do serviço:: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos
Endereço/Morada: João Teves
Telefone/fax/email: 271 10 41 - email - Felismino.benchimol@rmi.gov.cv



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da **segunda** publicação nos termos do desposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dezassete de novembro de dois mil e vinte, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, Oficial Ajudante **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservados Notário p/s do Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escritura diversas número 6/A, a folhas 108 a 109, a seguinte habilitação:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia **oito** de **agosto** do ano **mil novecentos e noventa e seis**, faleceu em Achada Eugénio Lima Praia, sem testamento ou disposição de última vontade a Sra. **SILVIA GONÇALVES MARQUES**, no estado de casado com VIRGILIO BRAZÃO DA LOMBA, sob regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa senhora da Graça Praia e com última residência em Achada Eugénio Lima Praia.

Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legítimos:

a) ELIQUE VIRGILIO MARQUES MENDES RODRIGUES, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal, **b) HÉLIA IOLANDA MENDES RODRIGUES RAMOS**, no estado de casada com FIRMINO MENDES RAMOS, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça praia, residente Achada Eugénio Lima, **c) IRIALDINA CELESTE MARQUES MENDES RODRIGUES**, no estado de solteira, maior, natural da freguesia de São Lourenço dos Órgãos, residente em, Portugal, **d) AIDA AMÁLIA VIRGILIO MARQUE DA LOMBA**, no estado de solteira, maior, natural da freguesia de São Lourenço dos Órgãos, residente em, Inglaterra, **e) GILDA VIRGILIA MARQUES DA LOMBA**, no estado de casada com GRACINDO MOREIRA NEVES, natural da freguesia de São Lourenço dos Órgãos, residente em SÃO JORGE.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia **dezanove** de **janeiro** do ano **dois mil e três**, faleceu em São Jorge, sem testamento ou disposição de última vontade o Sr. **VIRGILIO BRAZÃO DA LOMBA**, no estado de viúvo, natural que foi da freguesia de São Lourenço dos Órgãos e com última residência em São Jorge.

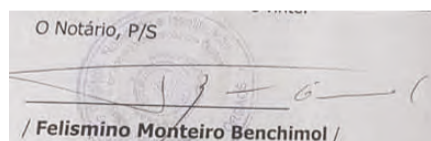
Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legítimos os herdeiros indicados na primeira habilitação e **GRAÇA TAVARES BRAZÃO DA LOMBA**, no estado de solteira, maior, natural da freguesia de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos, dezoito de Novembro de dois mil e vinte.

Artº . 20.4.2 1.000\$00
Imposto de Selo 200\$00
Total.....1.200\$00
(Importa em mil duzentos escudos)
Reg.sob o nº363/2020



Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal, Achada Santo António, Praia, Cabo Verde

Agradecimento e Missa do Trigesimo Dia



O Esposo João Baessa; os Filhos Hélder, Edson, Edmir e Hélio Ortet Baessa; os Irmãos Aldina, Maria de Fátima, Benvindo, Maria de Lourdes, José e Fernando Ortet; recolhidos e com profundo pesar nesta hora de muita dor e imensa tristeza, vêm por este meio, muito sensibilizados, agradecer, profunda e reconhecidamente, a todas as manifestações de conforto, amparo e solidariedade, que lhes foram e continuam sendo apresentadas, por diversas formas e vias, aquando do falecimento, da sua sempre lembrada e querida Esposa, Mãe e Irmã **MARIA JOSÉ TAVARES ORTET BAESSA**, carinhosa e familiarmente tratada por “Zézinha Ortet” ou “Maria José Ortet”, ocorrido no passado dia 16 de Novembro, nesta Cidade da Praia.

Aproveitam, também, esta oportunidade, para convidarem aos parentes, amigos e pessoas das suas relações, a participarem na **MISSA DO TRIGÉSIMO DIA**, que mandam rezar pela alma da falecida e sempre lembrada “Zézinha Ortet”, nesta quarta-feira, 16 de Dezembro, pelas seis e meia da manhã, na Paróquia de São Paulo Apóstolo, no Bairro do Palmarejo (nesta Cidade da Praia).

Agradecimento e Missa do Primeiro Mês



Os Filhos Maria Olívia, Maria Francisca, Joaquim José, Maria da Luz, José Joaquim e Manuel Joaquim Tavares de Lima; Netos e Bisnetos; em São Domingos e na Praia, vêm por este meio, muito pesarosos e sensibilizados, agradecer, profunda e reconhecidamente, a todas as manifestações de conforto e solidariedade, que lhes foram e continuam sendo apresentadas, aquando do falecimento, da sua mãe, avó e bisavó, **Agostinha Lopes Tavares de Lima**. Aproveitam esta oportunidade para convidarem aos parentes, amigos e pessoas das suas relações, a participarem na **MISSA DO PRIMEIRO MÊS**, que mandam sufragar pela alma da falecida “**Agostinha Tavares de Lima**”, na próxima segunda-feira, dia **14 de Dezembro**, pelas **sete horas da manhã**, na **Igreja Matriz de São Nicolau Tolentino**, na Cidade de Várzea da Igreja (no Município de São Domingos).

**Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!**

Teqball de Santiago Norte recebe mesas para a prática da modalidade

Treze mesas oferecidas à Associação de Teqball de Santiago Norte pela Federação Nacional da modalidade serão distribuídas pelos municípios da região norte de Santiago.

De acordo com a Presidente da Associação da modalidade em Santiago Norte, Ivete Rosa, as mesas vão ser distribuídas pelos municípios dessa região, visando a melhoria das condições da prática da modalidade na região.

As mesas fazem parte de um total de 56 mesas que a Federação Internacional do Teqball entregou à Federação Cabo Verdiana de Teqball e, além de Santiago Norte, vão ser distribuídas por todo o território nacional.

C/anacao.cv



FCF implementa novas tecnologias informáticas para trabalho em rede

A Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF) iniciou a implementação de novas tecnologias informáticas para o sistema de trabalho em rede.

De acordo com a FCF, os três centros de estágio do país (na cidade da Praia, em São Vicente e no Sal) serão contemplados com equipamentos, criando assim, melhores condições de trabalho aos seus colaboradores.

A sede e o Centro Técnico da Praia passam a estar cobertos na totalidade com o sistema de rede interno, por conseguinte, com o serviço de Internet. A FCF passa a trabalhar em regi-

me do seu domínio (fcf.cv), em que toda a informação da instituição estará salvaguardada no seu servidor com a referida protecção de dados internos.

Estas novas tecnologias informáticas, garantem, assim, o funcionamento da plataforma "FIFA Connect", enquanto instrumento importante para instalações futuras das competições desportivas nacionais.

A segunda fase do projecto passa pela implementação do sistema de rede nos Centros de São Vicente e Sal, de forma a possibilitar o seu normal funcionamento.

CA



CARTAS DO LEITOR

Esclarecimento

NOSi nega que “dívidas e falta de atualização permanente do sistema ajudam a explicar extensão do ataque cibernético”

Ao abrigo do disposto nos artigos 19º, 20º e 21º da Lei da Comunicação Social, aprovada pela Lei nº 56/V/98, de 29 de junho, e alterada pela Lei nº 70ª/VII/2010, de 16 de agosto, que consagram os direitos de resposta, de esclarecimento e de retificação, conjugados com o disposto nos artigos 30º e seguintes da Lei da Imprensa Escrita e de Agências de Notícias, aprovada pela Lei nº 73/VII/2010, de 16 agosto, vem o Núcleo Operacional da Sociedade de Informação – NOSi, através da Divisão de Estratégia e Relações Públicas, exercer o direito de esclarecimento e retificação da matéria noticiosa intitulada “Dívidas e falta de atualização permanente do sistema ajudam a explicar extensão do ataque cibernético”, publicada no vosso Jornal Impresso A Nação, na edição nº 692, do dia 03 de dezembro.

Em nome da verdade, da transparência e do compromisso com a sociedade, o Núcleo Operacional da Sociedade de Informação – NOSi, enquanto Entidade Pública Empresarial, com responsabilidade na área da Governação Di-

gital e Gestora da Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE), vem publicamente, na sequência da notícia publicada no jornal A Nação, na edição desta quinta-feira, 03 de Dezembro, sob o título “Dívidas e falta de atualização permanente do sistema ajudam a explicar extensão do ataque cibernético”, esclarecer o seguinte:

1. É completamente falso, que os ataques cibernéticos de Ransomware RYUK à RTPE, na madrugada da passada quinta-feira, dia 26 de novembro, estejam relacionados com o licenciamento de softwares da Microsoft.

Neste momento, não existe qualquer incumprimento contratual com a Microsoft. Todas as licenças estão ativas, com suporte oficial e em conformidade com os requisitos técnicos do fabricante. Deve-se aqui realçar que esta multinacional tem sido uma parceira estratégica neste processo de transformação digital do país;

2. É completamente falso, que o jornal A Nação, tenha

contactado o PCA do NOSi, para esclarecer se as “causas da extensão do ataque à RTPE, não estariam ligadas a uma eventual falta de atualização”, e tampouco que o Jornal o tenha apanhado de surpresa;

3. O jornal foi sim, atendido telefonicamente pelo responsável de Comunicação e Relações Públicas, que prometeu uma reação em momento oportuno, logo que o NOSi conhecesse o conteúdo da investigação que o jornalista dizia estar a fazer;

4. O Jornal provavelmente não tem estado atento aos comunicados oficiais do NOSi sobre o referido ciberataque e, não participou na conferência de Imprensa concedida a todos os órgãos de Comunicação Social, com sessão de perguntas e esclarecimentos, porque se não, estaria na posse de informações oficiais e credíveis;

5. O NOSi, enquanto instituição com responsabilidade, está e estará sempre aberto e disponível a colaborar com todos os órgãos de comunicação

2 | A Nação | Nº 692 | 03 de Dezembro de 2020

NO PONTO

Apagão tecnológico deixa Cabo Verde exposto

Dívidas e falta de actualização permanente do sistema ajudam a explicar extensão do ataque cibernético

Vulnerabilidades do sistema provocadas, nomeadamente, pela deficiente actualização dos softwares da Microsoft, poderão estar por trás da extensão dos dados afectados pelo ataque de Ransomware que provocou o “apagão tecnológico” na rede privativa do Estado registado nos últimos dias. Mas, oficialmente, e para o consumo interno, toda a culpa é posta nos eventuais piratas informáticos.

Daniel Almeida



O ciberataque sofrido na quinta-feira da semana passada, 26, e que obrigou a uma baixa total na rede pública, era, na avaliação de um especialista ouvido pelo A NAÇÃO, “previsível”. Isto tendo em conta as fragilidades do sistema gerido pelo Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSi) e que não são de hoje. Como já é do domínio público, o apagão da semana passada teve por trás um Ransom-

ficheiros das outros computadores. Conforme a nossa fonte, normalmente esse tipo de ataque nada tem a ver com a segurança, “out court”, do sistema. “Tem mais a ver se o sistema está actualizado ou não. Mesmo com toda a segurança possível, um utilizador menos cauteloso pode abrir um ficheiro e despoletar esse ataque. Mas tem sempre de haver alguém que vai abrir um ficheiro encriptado, que acaba

últimas versões. “Devem ficar circunscritos apenas ao computador infectado inicialmente”, salienta, e o facto de se ter propagado na rede “é preocupante” porque podem desaparecer dados importantes do país. Neste caso, o hacker não se apossa dos dados, encripta os

social que se pautarem pelos princípios éticos no processo de apuramento e divulgação das notícias relacionadas com este caso de ciberataque perpetrado contra a rede RTPE, e assim poder informar à sociedade de forma isenta, credível e responsável;

6. O foco do NOSi e de toda a sua equipa técnica tem sido e será sempre no trabalho e nos

resultados, para continuar a repor com agilidade, qualidade e segurança, todos os serviços digitais públicos da RTPE essenciais para vida dos cidadãos e das empresas.

Melhores cumprimentos,

Orlando Tavares

Divisão Estratégia e Relações Públicas do NOSi

PUB



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde



Marcando a diferença desde Setembro de 2007

Telefone: + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornal.anacaocv@gmail.com
www.anacao.cv

Santo Antão

Comunidade de Bolona ainda à espera de água, luz eléctrica e telefone

A falta de água, de energia eléctrica e de telefone são as preocupações das famílias que vivem na localidade de Bolona, no Planalto Norte, no interior do município do Porto Novo, em Santo Antão.

Em conversa com a Inforpress, Romão Amador explica que, apesar das chuvas ocorridas em Setembro terem permitido a retenção de alguma quantidade de água nas cisternas, a escassez de água potável nessa zona continua a ser uma preocupação.

Bolona é a única zona do Planalto Norte que ainda não dispõe de luz eléctrica, nem comunicação telefónica, uma reivin-

dicação feita, insistentemente, pelas 20 famílias que residem nesse povoado.

Em relação ao abastecimento de água, a Câmara do Porto Novo informou que está em andamento o projecto “Nó Cré Água” (queremos água) para levar água potável ao Planalto Norte, o qual abarca todos os povoados deste planalto, incluindo Bolona e Pascoal Alves.

A autarquia já se comprometeu, também, em mobilizar parcerias para levar a energia eléctrica à zona de Bolona, com recurso à energia solar, à semelhança do que já se verificou em relação às outras zonas do Planalto Norte.



Tarrafal de Monte Trigo

Operadores assinalam primeiras reservas de turistas internacionais

Os operadores turísticos no Tarrafal de Monte Trigo, em Santo Antão, começam a ter os primeiros sinais da retoma do turismo nesta localidade, com reservas de turistas internacionais que pretendem passar o fim-de-ano no país.

A residencial Vista Tarrafal, o maior empreendimento turístico existente no Tarrafal de Monte Trigo e um dos sítios mais procurados pelos turistas que chegam a Santo Antão, nove meses depois, começou a receber as primeiras reservas, desta feita, de um grupo de turistas estrangeiros, esperado no dia 27 de Dezembro.

A informação foi avançada à Inforpress pelo proprietário da Vista Tarrafal, João da Luz, para quem este facto “é já um sinal de que a retoma do turismo em Santo Antão pode estar para breve”.

Este operador disse ainda ter a esperança de que, já a partir de Janeiro, Tarrafal de Monte Trigo e toda a ilha de Santo Antão comecem a receber grupos de turistas, no âmbito da retoma do turismo em Cabo Verde.

Numa situação normal, sem a pandemia de covid-19, Santo Antão estaria, nesta altura, em plena época alta do turismo, com “milhares” de turistas, amantes do turismo da natureza.

O ministro do Turismo e Transportes, na sua recente visita a Santo Antão, em finais de Novembro, admitiu a possibilidade de o turismo nacional começar “a dar os primeiros passos já em 2021”, sem, contudo, avançar uma data mais precisa para a retoma, “uma vez que há variáveis que não se pode controlar”.



Maio

Cooperativa de sal retoma actividades e já começa a abastecer o mercado local

A cooperativa de produção de sal iodado, na ilha do Maio, retomou as actividades na quinta-feira passada e iniciou o abastecimento do mercado local, depois de superar a avaria na máquina misturadora.

Esta retoma acontece após três meses sem produção e a reparação total do equipamento.

Conforme perspectiva da presidente da cooperativa, Anita Santos, em entrevista à Inforpress, se tudo correr bem, já na próxima semana vão po-

der fornecer aos seus clientes das outras ilhas.

De todo modo, analisou, esta avaria serviu de alerta para a necessidade de terem uma máquina substituta para em caso de acontecer algo do tipo não terem que paralisar os trabalhos.

A cooperativa vai ainda dar continuidade à produção de sal aromático, de tempero e para banho, como forma de proporcionar aos seus clientes uma prenda para esta época festiva.





Carlos Carvalho

In memoriam à Diego Armando Maradona

Hoje, 27, o dia estava feio. Nem lua...nem estrelas. Só imensos mantos de nuvens. Tudo escuro. E um vento esquisito...incomodador! Na véspera, 26, foi a enterrar um Senhor que viveu e morreu com o nome de Diego Armando Maradona. Naquele imenso manto escuro, vi Diego subir aos céus. Sim, vi. Havia passado a noite ouvindo mornas. Instrumental e com vozes dos nossos maiores intérpretes. Bana, Ildo, Césaria, só para citar os maiores. Parecia até que a nossa rádio resolvera também homenagear Diego Armando Maradona, com o que de melhor Cabo Verde e os cabo-verdianos têm, a nossa música, a nossa morna. Talvez para ninguém ver El Pibe subindo ao céu, a lua e as estrelas se esconderam atrás das nuvens, por isso o céu estava todo encoberto. Mas, mesmo assim, eu te vi. Maradona morreu. O mundo inteiro chorou. Morreu o Deus-maior dos estádios de futebol dos últimos tempos. Pikinoti, atarracado, encantou todos, sem exceção, com sua genialidade com a bola nos pés, na cabeça ou mesmo nas mãos. O mundo se lembra que foi com a "mão-de-Deus" que derrotaste os ingleses, naquele célebre ano que foste Rei do Mundo, desferrando, dessa maneira da derrota de tua pátria na Guerra das Mal-

vinas. E...no fim, deste alegria a milhões de argentinos e aos que adoravam ver aquela equipa que carregaste sozinho às costas até aos píncaros. Aliás, um importante comentarista político disse: - Ninguém deu mais alegria aos argentinos que o Maradona. Só por isso valeu teres vivido. É verdade que ninguém nasce e morre, sem pecar. Diego Armando Maradona não fugiu à regra. Levou uma vida agitada, dentro e fora dos relvados. Maradona anda senpri na boca di mundu...pa casas dretu i pa casas mariadu. Um napolitano, da terra onde quiçá mais brilhou Diego e que o conheceu muito bem, disse: - Maradona fez mal a si mesmo. Mas, nunca fez mal a ninguém. Creio poder sublinhar por baixo de tanto ouvir quase todos dizerem o mesmo. Porém, ninguém se lembrará dos pecados de Dieguito. Todos se lembrarão unicamente do génio da bola. Assim, esta manhã, quando o vi subir ao céu, uma enorme leveza/paz invadiu minha alma, meu espírito. Maradona é quase meu colega. Nasceu em 1960. Nasci em 61. É verdade que morreu cedo. Hoje em dia, morrer aos 60 anos é morrer cedo. A vida atribulada que levou, levou-o aos

céus assim tão cedo. Mas não é só o facto de sermos quase colegas que me aproxima ao génio da bola. Eu, como ele, sou amante do futebol. Ele, um génio, claro! Eu fui um simples ex-praticante...até nem era tao mau assim. Se alguém duvidar que pergunte o Kiki di Xumpinha, ex-jogador de, entre outros clubes, o FC Porto. Portanto, o futebol nos (eu e o Diego) aproxima, óbvio, em proporções incomparáveis. Maradona era um homem de causas, mesmo não parecendo. De família humilde, mininu pobri di barrios pobris di Buenos Aires, igualmente se preocupou com os pobres. Mesmo não parecendo, nisto somos igualmente próximos. Não suporto ver a pobreza, embora a veja todos os dias e em todo o lado e ... pior...ele e eu fomos impotentes em combatê-lo...tivesse meios de acabar com a pobreza e o sofrimento no mundo, o faria com o maior gosto e o mais rápido possível. El Pibe era admirador de um dos homens mais ilustres que viveu no século XX-XXI, Fidel Castro. Eu, como El Pibe, sou um admirador confesso dessa enorme figura da história mundial recente. Assim, hoje, quando ia cumprir meu ritual quase diário, passei o caminho de ida e de volta, com um único pensamento: Morreu Diego Armando Maradona. Subiu ao céu ... e tive a felicidade de

vê-lo nessa sua última viagem. Vá em paz, Diego. À hora que escrevo estas pequenas linhas, em tua memória, as portas do céu já deverão estar abertas e os anjos à tua espera para te receberem e te encaminharem ao juízo final. Estou certo de que o Senhor te acolherá no seu seio, tanta foi a alegria que deste a nós que ainda estamos aqui em baixo. Na balança do dever e haver do que fizeste aqui em baixo, certamente os haveres jogam largamente a teu favor. E podes dizer ao Senhor que, daqui debaixo, mandamos-lhe um recado, um pedido, uma súplica: "Que te absolva se por acaso te julgar e quiser decidir enviar-te para o outro lado". E ... Se lá em cima houver um campo, mesmo que seja pelado, ou um jardim qualquer... E se lá em cima não houver uma bola, mande-nos dizer que te enviaremos uma para ires animando e divertindo os ex-terrenos que lá se encontram com tuas imensas e únicas habilidades. Hoje, na turva madrugada do dia que escrevo esta homenagem ao Diego Armando, não vi minha outra família. Mas, estou na mesma feliz. Vi-te, Diego Armando Maradona, subir ao céu. Lá nos encontraremos, certamente, um dia. Terei o prazer de te conhecer e de te agradecer pelas alegrias que nos deste aqui em baixo. Paz à tua alma.

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
07/07/2020	Taxa Base Anual	1,0267
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
09/11/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
16/11/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
24/11/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
02/12/2020	Operação Monetária de financiamento (3 Anos)	0,7500
03/12/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
08/12/2020	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
08/10/2020	Obrigações do Tesouro 7 anos	2,8750
14/10/2020	Obrigações do Tesouro 9 anos	2,9375
27/10/2020	Obrigações do Tesouro 8 anos	2,9375
10/11/2020	Obrigações do Tesouro 8 anos	2,9375
23/11/2020	Obrigações do Tesouro 5 anos	2,8750
03/12/2020	Obrigações do Tesouro 8 anos	2,9375

Taxas de Câmbio de 09-12-2020

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	90,92178	91,12378
INGLATERRA	GBP	1	120,82872	121,13172
CANADÁ	CAD	1	71,03151	71,17251
SUIÇA	CHF	100	10 221,32743	10 234,10343
JAPÃO	JPY	100	87,32357	87,45057
DINAMARCA	DKK	100	1 479,99517	1 482,68417
NORUEGA	NOK	100	1 036,12101	1 038,81101
SUÉCIA	SEK	100	1 075,81998	1 078,67698
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	5,95223	6,15423
CHINA	CNY	100	1 393,73065	1 393,73065
BRASIL	BRL	1	17,81168	17,81168
SENEGAL	XOF	100	16,80979	16,80979

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Legislativas 2021

Levarei em devida conta a Plataforma Eleitoral que: 6) Põe fim à desvalorização educativa/académica



António Carlos Gomes

Uma observação atenta permite-nos aperceber que ocorre, na sociedade cabo-verdiana, uma certa desvalorização educativa/académica que obriga jovens, licenciados e mestres, a aceitarem trabalhos que exigem formação profissional ou até mesmo uma simples aprendizagem ad-hoc.

Este é um fenómeno frequente e comum nos centros urbanos, especialmente, nas cidades da Praia e do Mindelo que espelha, inequivocamente, a incapacidade do setor económico em criar emprego suficiente para absorver o fluxo de universitários.

A erosão do valor do diploma e o conseqüente desgaste do capital humano,¹ que disso resultam, aumentam a precariedade laboral, a prática de baixos salários e o bloqueio do acesso da mão-de-obra não qualificada ao mercado de trabalho.

A falta de oportunidade de emprego obriga, ainda, os jovens a preferir a melhoria da competitividade no mercado do trabalho pela obtenção de novos graus académicos do que

1 O recurso a esta expressão bizarra é feito apenas para facilitar a compreensão porquanto não é aceitável que se trate um ser humano como capital sujeito as regras de alocação eficiente de recursos.

pela consolidação da experiência profissional. Têm os jovens alternativa num contexto de elevado desemprego?

Necessidade de um Governo empreendedor

É, no entanto, interpelante verificar que a desvalorização académica/educativa ocorre em simultâneo com o fenómeno da escassez de quadros nas Ilhas do Maio, da Brava e de S. Nicolau bem como nos municípios do Interior de Santiago.

Relacionando este facto com os demais problemas sociais, pobreza absoluta 35% e pobreza subjetiva 60%, se apercebe, com clareza, da necessidade de um governo interventor, social e, necessariamente, empreendedor sobretudo num contexto, como o nosso, em que a política fiscal adotada, apesar de ser favorável à classe empresarial e à classe média no seu conjunto, não está tendo impacto na criação de novos empregos porque, provavelmente, os beneficiários de uma fiscalidade amiga dos haves estão optando pelo entesouramento e/ou pagamento de dívidas e não pelo investimento de expansão.

A dificuldade de acesso ao crédito bancário não explica, pois, por si só, o défice de em-

prego criado em relação ao fluxo dos universitários que completam a licenciatura. Temos que procurar a explicação no comportamento dos nossos empresários e na debilidade do tecido empresarial porquanto, mesmo depois do Governo ter assumido parte do risco do crédito, a redução do desemprego se deve mais ao método utilizado na sua avaliação e aos programas de estágios do que à criação de emprego duradouro e atrativo.

Incentivar a produção

O quadro aqui descrito nos impõe o dever de vencer o desemprego e a conseqüente desvalorização dos diplomas. E vencer o desemprego exige um pouco mais do que a razoabilidade da política fiscal porquanto apela à instalação de uma dinâmica produtiva começando por setores e atividades que não exigem tecnologia de ponta dado que o importante agora é incentivar a produção.

Na verdade, vencer o desemprego implica, no contexto cabo-verdiano, literalmente, promover a replicação da experiência de empresas como a Sociave em todos os demais setores de atividade económica. Esta dinamização pela diversificação é

geradora de uma dinâmica forte de criação de empresas e de oferta de emprego tendo em si o potencial de, sem grandes custos, inverter, o ciclo vicioso para um ciclo virtuoso.

Para o efeito, a Pró-empresa deve ser repensada e ser pró-ativa. Deve ser esta instituição de promoção a ir à caça de micro e pequenas empresas com potencialidades para se transformarem, conforme for o caso, em pequenas e médias empresas.

Nesta perspetiva, urge, por exemplo, avaliar o potencial das unidades de produção do queijo nas Ilhas do Fogo e Santo Antão ou de doces e compotas em Porto Novo e Paúl e, se for caso, ajudando-as a dar o salto que lhes libertaria do modelo de produção cometa e de subsistência passando, naturalmente, para um modelo de produção industrial.

São estas ações concretas que geram emprego e que têm, por esta razão, o potencial para inverter a ascendente tendência da desvalorização educativa pela erosão do valor de mercado dos diplomas que procurarei nas plataformas eleitorais dos concorrentes das legislativas 2021. Quem as tem, seguramente, terá o meu voto.

(Continua)

PUB

GRUPO ALFA

*Deseja / Wishes / Souhaite
Boas Festas e Feliz Ano Novo
Merry Christmas and Happy New Year
Joyeux Noel et Bonne et Heureuse Année*

Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
Cabo Verde



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.



Campanha & família

A transferência da pasta da Família e Inclusão Social para um dos vice-presidentes do MpD, “caiu que nem uma luva”, admitiu um militante ventoinha que considera que agora haverá recursos “a dar com pau” para a campanha nas próximas eleições legislativas. O próprio Fernando Elísio, “todo terreno” que é nestas coisas, também esfrega as mãos de contente. O que vale é que o MpD sempre disse que é contra o assistencialismo! Mas em tempo de campanha eleitoral quem acredita numa tal fantasia? Nem o pobre eleitor na hora de estender a mão...



La vie en rose

A saída de Maritza Rosabal do Governo, por “razões pessoais”, parece ter sido um alívio para a própria ex-ministra da Educação, que assim passa a poder dedicar-se a outras causas com “todos” e com “todas”, como ela gosta de dizer na sua linguagem onusina. Apesar da “cor rosa” do vestido com que compareceu à posse dos seus dois sucessores (o que leva o ZIG a concluir que tudo está rosa com ela), Maritza não se descoseu aos jornalistas acerca das razões da sua saída do Executivo. Esta foi, no fundo, a forma que encontrou para deixar Ulisses entregue nas mãos dos cabo-verdianos mortinhos de curiosidade. Se fosse coisa simples, tipo dor de cabeça e *outras cositas mas*, claro que ela haveria de elucidar a Nação do significado das tais “razões pessoais”...



Remodelação

Há quem diga que o UCS, mesmo a três meses das próximas eleições, devia aproveitar a saída de Maritza e proceder a uma profunda remodelação governamental. Afinal, a acreditar nas bases e na vox populi, não era só Educação a meter água a torto e a direito. Com dúzias de calinadas, somadas nestes quatro anos de governo, Luís Filipe Tavares, por exemplo, era um que merecia um bom par de patins... Neste caso era só promover Rui Figueiredo Soares que de diplomacia entende mais que o actual MNE. Mas, como diz o povo na sua infinita sabedoria, “nhas guentis, pasa mal ka mortil!”

ULISSES LANÇA APELO AOS COMBATENTES ABANDONADOS

“HÁ POUCOS COMBATES NAS REDES SOCIAIS CONTRA O PAICV, E MUITOS CONTRA O PRÓPRIO MPD, UMA REALIDADE QUE DEVE SER ALTERADA”



Quem sabe o que diz... E quem sabe o que lhe espera...

Oposição

Apesar do clima imprudente do “já ganhou”, a Oposição vê, agora, uma grande oportunidade para fazer bonito nas Eleições de Março/Abril. Mas... ainda há muito que se lhe diga, pois, há fissuras internas e a feitura das listas que provocará agravos, rombos, facadas e outros golpes, sobretudo agora em que é preciso respeitar a paridade. No dizendo-fazendo, o “Moranguinho do Nordeste” já mandou avisar: é candidato Presidencial! Veiga, este, prefere esperar pela cheia que aí vem. Se der... avança; se não der...

Rabidantes

A mudança de inquilino na CMP está a provocar o regresso das vendedeiras às ruas do Platô, sinal de que o povo entende mais de política do que muitos políticos. Um ou outro guarda municipal ainda tem coragem de aplicar multas a viaturas sem o respectivo cupão de estacionamento. Até às próximas eleições o Povo é quem mais ordena...





IMPAR
seguros

GRUPO IMPAR

Proteja a sua Frota Automóvel com o **AUTOIMPAR**



Siga-nos na nossa nova
página do Facebook.

comercial@lmpar.cv

www.lmpar.cv



Etc.

Maria Ilena Rocha

Segunda geração cabo-verdiana na Itália



SOCIEDADE

Filha de pais cabo-verdianos, Maria Ilena Rocha nasceu e cresceu em Itália

“Não deixem que os pensamentos dos outros turvem a vossa personalidade individual”

Filha de pais cabo-verdianos, Maria Ilena Rocha - “Marilena”, para os mais chegados - nasceu e cresceu em Itália, mais precisamente, em Nápoles, uma cidade com múltiplas identidades históricas, cores e culturas, em alguns aspectos muito próximos da Cultura cabo-verdiana, do mar, do sol, do caos e das dificuldades sociais que talvez unam as grandes metrópoles.

Rocha destaca que como o Sul de Itália tem sido uma terra de forte imigração, sendo ela filha de cidadãos de origem cabo-verdiana, estrangeira, nem sempre foi fácil lidar com a situação.

“Lembro-me, com grande emoção, do ano de 1986, no meu primeiro dia de escola. Era a única criança de origem imigrante e a única de pele negra. Talvez seja, por isso, a minha sensibilidade para as crianças na luta constante contra qualquer forma de racismo ou discriminação”, conta, remarcando que o seu primeiro dia de aulas foi importante, não tanto para ela, mas para a mudança cultural que, mesmo numa forma lenta e indirecta, provocou no contexto escolar da realidade italiana.

Instada se é mais italiana/europeia ou cabo-verdiana/africana, contrapõe: “Esta pergunta já me foi feita muitas vezes. Hoje, sinto-me Maria Ilena, ou melhor: Marilena, como todos me chamam. A importância de ser si mesma, é um dos maiores desafios de hoje em dia. Somos, todos, constantemente projectados para ter que ser e esquecermo-nos de ser”.

O conselho – prossegue – que sempre dá, principalmente, para a comunidade cabo-verdiana, é não deixar que os pensamentos dos outros turvem a personalidade individual.

“Não permitam, jamais, que ninguém vos diga o que preci-



DIÁSPORA

Mulher na Emigração, dirigente e activista sócio-cultural, Maria Ilena Rocha é filha de cabo-verdianos, nascida e criada em Nápoles, a cidade italiana “com múltiplas identidades históricas”. Arquitecta de formação, lembra do seu primeiro dia de aulas, numa Escola em que era “a única criança de origem imigrante e de pele negra”, pelo que, à distância desse ano de 1986, aconselha os mais novos a não deixarem que “os pensamentos dos outros turvem a vossa personalidade individual”.

Alexandre Semedo

sam fazer e como precisam se comportar. Tenham, sempre, o controlo da vossa própria vida, mesmo sendo emigrante”, salienta.

“Duas vidas...

Comentando a tese de alguns teóricos, sustentando que os filhos de emigrantes “têm duas vidas: uma em casa; e outra na rua”, Rocha entende que isso pode ajudar a compreender melhor o problema vivido pelos

filhos dos imigrantes.

“Os filhos de imigrantes, mesmo os cabo-verdianos, nascidos ou criados em Itália, não gozam do reconhecimento do *ius soli*, pelo que são duplamente penalizados por serem formalmente, rejeitados por um Estado que sentem e dizem pertencer”, aponta, reiterando que o imigrante menor, nascido no país de acolhimento ou que lá chega em tenra idade, vive, muitas vezes, “suspenso entre dois mundos e duas culturas”.

A disciplina e a Lei sobre a cidadania italiana estão, agora, abrangidas pela Lei 91/1992.

“De acordo com esta Lei, a cidadania italiana é adquirida pelo direito à nascença, apenas àqueles cujos pais (mesmo apenas o pai ou a mãe) são cidadãos italianos (Lei 91/1992, artigo 1.º, n.º 1, ponto a a). É o chamado método de aquisição da cidadania, através do *ius sanguinis*”, explicando que a segunda geração que nasceu em Itália, pode tornar-se cidadão, caso resida le-

gal e continuamente até atingir a maior idade e declare, no prazo de um ano, que quer adquirir a cidadania italiana.

Para Rocha, o não-reconhecimento automático de cidadania é um dos grandes obstáculos vividos pelos jovens que nasceram e/ou cresceram em Itália.

“Isto significa negar a realidade. É como se milhões de italianos não contasse para nada. Esta luta está muito perto do meu coração, porque nem todos tiveram a sorte e a facilidade de ser reconhecida/o cidadão italiano aos 18 anos”, manifesta, destacando que batalha, também, pelo alargamento do direito à cidadania, a par da eliminação das desigualdades sociais e políticas.

Ir além da “inclusão”

Itália acolhia - de acordo com os dados oficiais do ISTAT (Istituto Nacional de Estatística), a 31 de Dezembro de 2019, quatro mil 285 cabo-verdianos, dos cinco milhões 306 mil 548 estrangeiros residentes nesse País europeu.

A modos de avaliação, “Marilena” ressalta que a integração é um processo dinâmico e bilateral, requerendo, também, o esforço dos imigrantes.

“Em geral, os cabo-verdianos, especialmente na Cidade de Nápoles, não enfrentaram o elevado nível de discriminação, como os imigrantes de outras nacionalidades. Isso deve-se, certamente, à atitude honesta, trabalhadora, aberta e muito solidária, unida, especialmente, em tempos de dificuldades, marcadas pelas primeiras gerações”, avalia.

Para Rocha, nos tempos que correm, é necessário ir além do conceito de “integração”, substituindo-a por “inclusão” e “inter-acção”.

E avança: “A presença dos cabo-verdianos tinha uma forte

visibilidade social e política, nos anos 80 e 90, altura em que as instituições e os italianos começaram a entender que o seu País tinha-se tornado um importador e não um exportador de trabalho migrante, como era tradicional”.

Para “uma boa integração e inter-acção”, esta activista entende que os imigrantes deve aproveitar as oportunidades que a Itália oferece, designadamente, nos diversos domínios da formação, atendendo a que se está “num mundo em constante movimento, onde as oportunidades de formação são infinitas”, exigindo-se “atitude, em relação ao seu crescimento”.

E salienta: “A importância da formação é essencial, para melhor enfrentarmos as mudanças do futuro, sem nunca pararmos”.

Travão às ameaças...

A discriminação de género, a xenofobia e o racismo são as três ameaças que afectam não só o indivíduo, mas toda a comunidade.

“O direito a uma vida digna é a base de cada sociedade, um direito universal e, certamente, não uma concessão que depende da arbitrariedade ou do poder de indivíduos ou grupos. Não temos uma única receita, mas todos concordamos que os decisores políticos, os professores e as famílias devem combinar os seus esforços para promover a igualdade e a não-discriminação, os pais devem estar associados às decisões escolares para promoverem a igualdade e a não-discriminação na Educação”, sustenta.

Rocha recorda, “com grande emoção”, do passado dia 7 de Outubro de 2020, altura em que o Presidente italiano, Sérgio Mattarella, por proposta do ministro do Interior, decretou a atribuição da Medalha de Ouro ao Valor Civil, em memória do jovem Willy Monteiro Duarte – de ascendência cabo-verdiana, com raízes em São Nicolau -, “in-

justamente assassinado, por um bando de jovens” dlinquentes.

“O caso chocou não só a nossa comunidade, mas todo o Mundo. Willy era um orgulho de jovem, descendente de uma família cabo-verdiana imigrante exemplar”, lembra.

Coragem e tenacidade

Maria Ilena Rocha é activista sócio-sindical e cultural e arquitecta de formação.

“O Sindicalismo completou a minha pessoa. Conciliar o trabalho com a própria vida pessoal pode parecer um problema, especialmente para as mulheres. A mulher que se sente realizada é aquela que ama e se sente amada, aquela que cede, na íntegra, também, aos seus afectos e à sociedade”, confessa, admitindo que os instrumentos para melhorar, conciliar a vida e o trabalho não são simples, mas devem e podem ser implementados.

Rocha apela a todos, Com relevo para as mulheres, de modo a terem “mais coragem para os encontrar e colocá-los em jogo, com força, coragem e tenacidade”.

Ao longo dos séculos, houve muitas protagonistas femininas, que revolucionaram o Mundo, no campo da política, da literatura, da arte e da ciência.

“O nosso passado, bem como o presente, está repleto de mulheres que ajudaram a escrever páginas importantes na História da Humanidade, em muitos casos, oferecendo a sua genialidade para o progresso social e cultural, lançando-se em empresas verdadeiramente imensas”, revela.

No rol das “mulheres-referências”, Rocha elege a sua “mãe e as mulheres cabo-verdianas em Nápoles (na Itália)” e no Mundo, que, “de forma exemplar, foram capazes de mostrar coragem, sacrifício, espírito de altruísmo e grande força de vontade”.

A sua admiração vai, também, para muitas das que renunciaram a serem mães direc-

tas, por causa da imigração, mas que nunca fugiram às suas responsabilidades, especialmente às dos anos 70, que chegaram, maioritariamente sózinhas.

“Pensamos nas tempestades que enfrentaram, mas sempre com aquele espírito de positividade e amor pela sua família, pelos seus filhos, netos e pelas suas origens cabo-verdianas”, manifesta.

Na Itália, Rocha destaca o exemplo de “uma extraordinária cabo-verdiana, Maria José Mendes”, que, em 2001, o antigo Presidente Carlo Azeglio Ciampi, atribuiu-lhe distinção de “Cavaleiro da Ordem de Mérito da República Italiana”, um Prémio que, também, “marca o nosso orgulho, sentido de pertença e consciência da História das mulheres cabo-verdianas” naquele País europeu.

Percurso sindical

Em 2009, Rocha foi eleita responsável Nacional de Mulheres Imigrantes (ANOLF), uma Colectividade que junta mais de 136 estruturas e escritórios estrangeiros em Itália, congregando mais de 450 mil membros.

Entretanto, o seu percurso associativo e sindical começou muito antes, em 2000, em Nápoles, numa iniciativa chamada de apoio às segundas gerações de cabo-verdianos.

“2009 marca a minha ascensão como coordenadora de Mulheres Imigrantes (ANOLF), levando-me a trabalhar na Sede Nacional, em Roma. Foi um grande reconhecimento. Na altura, com 30 anos, representou um grande momento, não escondendo a minha preocupação com a atribuição, que superou as minhas expectativas”, explica, realçando a sua “profunda sensibilidade” pela problemática da imigração, a par da “protecção das mulheres, a qualquer forma de violência, discriminação e exploração”, lutando diária e tenazmente contra o medo e a intolerância.

Maior competência

Nas Eleições Legislativas de 2011, em Cabo Verde, aventurou-se pela Política, integrando a Lista do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), para candidata a deputada pela Europa.

“Nasci no meio da Política. Não porque alguém na minha casa, em Itália, estivesse directamente envolvido, mas porque, além da família italiana e da minha mãe, em casa falava-se sempre do que se passava fora, na sociedade, da política, de uma experiência forte e sólida. Sempre tive amizades e, especialmente, em família, preferências e escolhas políticas completamente diferentes, isto tem-me educado a respeitar, plenamente, as posições dos outros”, justifica, apontando que, enquanto minoria, sofreu, na pele, “alguma forma de discriminação”.

Malgrado esta situação, Ilena Rocha avalia que, anualmente, as mulheres têm-se revelado “mais competentes, conscientes das suas capacidades, corajosas, tenazes e ambiciosas”.

Em maré de COVID-19...

Falando da situação pandémica que assola a nossa Aldeia Global, Rocha entende que a primeira vaga de COVID-19 representou um choque muito forte para o mercado de trabalho, principalmente, aos imigrantes.

A juntar às dificuldades económicas, houve, também, as repercussões psicológicas. “As medidas de distanciamento físico, necessárias para conter as infecções estão, de facto, a atingir um preço elevado, em termos de dificuldades psicológicas, a curto e a longo prazo, para todos”, salienta.

Uma das primeiras intervenções de apoio aos carenciados, foi garantida pelos “amortecedores sociais”, atribuídos pelo Governo italiano, que apesar das várias controvérsias, tem salvaguardado, no entanto, uma parte

dos jovens, mulheres e famílias inteiras, ou seja, das diferentes formas de fundo de segurança social, rendimentos de cidadania e de emergência, entre outros.

Dez meses após o aparecimento do COVID-19, Rocha defende a feitura de “um balanço da presença, para se perceber como e quanto mudou a nossa existência”.

E remarca: “A quarentena forçou-nos a redescobrir o altruísmo, a civilização do condomínio e a centralidade do Estado. O Património da Saúde Pública, da ciência, da saúde, da investigação e da importância dos subsídios - se usado com razão! -, talvez, demasiado desvalorizado e pouco encorajado”.

Privacidade

Há anos que “Marilena” está envolvida em associações e comunidades, promovendo actividades de solidariedade, de modo reservado.

“A privacidade das pessoas é fundamental e a dignidade nunca deve ser utilizada na publicitação. No período da Pandemia, como associação e comunidade, demos o nosso contributo para Cabo Verde, enfatizando a nossa escolha de não querer publicações de imagem dos beneficiários, menores e de mulheres em dificuldades”, revela, lamentando que inúmeras “iniciativas de caridade nem sempre são claras”, pelo que “devem ser seriamente monitorizadas e avaliadas”, antes de serem publicitadas.

Nesses tempos pandémicos, Rocha defende que a distância física jamais deve ser desculpa para não se participar na vida social.

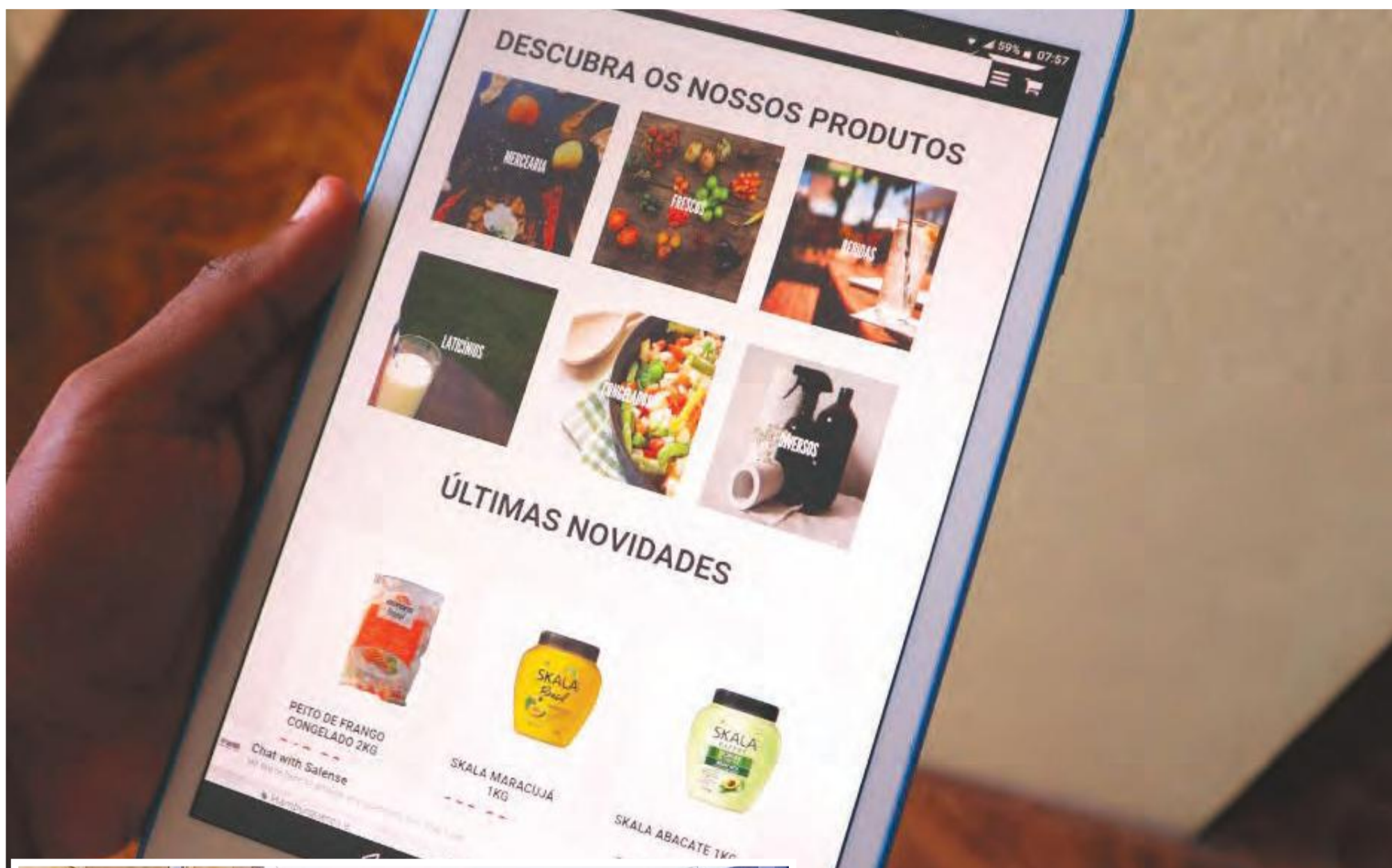
E remata: “A minha mensagem vai para as próximas gerações, em ordem a serem actores positivos e exemplares na sociedade onde vivem, sem nunca esquecerem as suas origens, uma vez que uma árvore não cresce sem as suas raízes”.



ECONOMIA

Empreendedorismo

Jovem cria primeira plataforma de venda de alimentos online no Sal



Adilson Tavares (à esquerda), Randi Cardoso (no meio) e Zevy Fonseca (à direita)

Randi Cardoso, 25 anos, trocou as voltas à covid-19 e ao desemprego, arriscando na criação da primeira plataforma de venda de alimentos online no Sal, ilha mais turística do país. Para já, o investimento está a valer a pena.

Gisela Coelho

O projecto de Randi Cardoso é a prova de que mesmo em situações adversas há sempre um lado positivo, uma janela de oportunidade a não desperdiçar. Licenciado em Engenharia Mecânica e Mestrado em Engenharia Industrial, em Bragança, Portugal, Randi regressou ao Sal, em 2019, longe de ima-

ginar, como toda a gente, que ia ser apanhado pela teia económico-social da covid-19, em 2020.

“Devido à pandemia, não foi possível encontrar emprego durante este período. Por isso decidi criar a salensecv.com para ajudar a prevenir aglomerações em lojas e servir de intermediário entre minimercados e a população no

Repensar agricultura no Sal

A produção agrícola na ilha do Sal praticamente não existe. Daí que para trabalhar directamente com os produtores, a salensecv.com tem de funcionar, neste momento, como intermediador entre os fornecedores e os clientes.

“Expomos todos os produtos dos fornecedores, mercado Família e Morabeza Fresh, na plataforma Salense, o cliente faz a sua encomenda, nós vamos ao fornecedor para fazer a recolha e levamos os produtos à residência do cliente”, explica Randi Cardoso.

A nível informático, a empresa conta com a parceria da empresa cabo-verdiana Enterstarts, liderada por Ayrton Gomes, e que, segundo Randi, “dá todo o apoio e suporte na plataforma Salense”.

Na prática, trabalham todos no modo “home office”. “Cada um fica em

sua casa e quando surge uma encomenda, envio a lista dos produtos por Messenger para os parceiros e saímos de casa para recolher os produtos e levá-los ao cliente”.

Como refere, os seus fornecedores possuem “preços competitivos”, dada a realidade da ilha, e que quando reunirem condições para terem o próprio stock de frescos, irão “garantir preços ainda mais competitivos de modo que as pessoas possam comprar ainda mais produtos”.

Randi diz acreditar que a ilha do Sal tem muito potencial para a produção agrícola, mas, na sua óptica, é um sector “mal explorado” e que “precisa de ser repensado de maneira pragmática e inovadora”.

GC

geral”, explicou ao A NAÇÃO.

“Comecei a criar o Salense há quatro anos atrás, quando ainda me encontrava na licenciatura em Bragança, no decorrer de uma formação intensiva de empreendedorismo ministrada pelo Instituto Politécnico. Mas, nessa altura, tive que deixar o projecto de lado porque era necessário dar mais atenção ao curso. Os anos foram passando e após a minha chegada à ilha do Sal, em 2019, iniciei um estágio profissional numa empresa de renome, que foi suspensa uns meses depois devido à pandemia Covid-19”, recorda.

Solução para o desemprego

Em casa, sem trabalho e com as economias a “enfraquecerem”, Randi conta que teve que procurar uma solução. “Lembrei-me do projecto que havia iniciado há quatro anos, que se encaixava perfeitamente na conjuntura que se vivia na altura e que se faz sentir até hoje”.

Até porque, o comércio digital já estava a ser amplamente aplicado lá fora há muitos anos, mas em Cabo Verde, “as inovações tendem a chegar de forma tardia e aqui na ilha do Sal não havia sinais de que iríamos ter um negócio digital tão cedo”.

Contudo, explica também, a pandemia mostrou que o comércio digital é uma “mais-valia” para a sociedade. As regras de distanciamento social e a proibição de aglomerações em locais públicos, principalmente em mercados, mostrou ser então o ambiente propício para a criação da plataforma Salense.

“Veio para dar aos salenses uma alternativa. Passou a ser possível efectuar compras de produtos de supermercado, através do website salensecv.com com o adicional de entrega ao domicílio”, esclarece, orgulhoso.

Desde o início, Randy passou

a contar com mais dois parceiros, Adilson Tavares e Zevy Fonseca, e juntos, garantem que têm trabalhado “incansavelmente” para tornar o Salense numa “ferramenta indispensável no dia-a-dia das pessoas”.

Olhando para trás, Randi não tem dúvidas de que o empreendedorismo foi a solução para o desemprego. “Se não tivesse tomado a iniciativa de criar algo que trouxesse valor às pessoas, provavelmente eu iria estar em casa sem perspectivas de retoma do estágio ou até mesmo, de encontrar um emprego”.

Créditos bancários não ajudam

O investimento de capital realizado para a criação do negócio online, não foi um entrave, dado que recorreu ao “low-cost”. “Aliás, esta é uma das vantagens do e-commerce, as barreiras de entrada no mercado, a nível financeiro, são muito baixas”.

Ainda bem, porque se dependesse de créditos bancários seria bem mais complicado. Fora isso, houve outros constrangimentos igualmente superados, especialmente por ser algo novo.

“Por ser um conceito novo, as pessoas tendem a desconfiar da seriedade no negócio e da qualidade dos produtos. A população está acostumada a fazer as compras pessoalmente e fica com um pé atrás quando o assunto é confiar em pessoas estranhas para satisfazer essa necessidade”, admite.

Esse tipo de constrangimento tem sido colmatado à medida que a empresa vai amadurecendo.

“Temos conquistado a confiança e o carisma dos salenses, cliente após cliente, por isso esforçamos ao máximo para dar uma experiência excelente a cada pessoa que optar por usar a plataforma Salense”, conclui.



Futuro em expansão

Para o futuro, Randi Cardoso garante que os projectos são muitos e começam pela necessidade de se introduzir muito mais produtos na plataforma, de modo a que o cliente “possa encontrar tudo o que precisa” no Salense.

Também, a nível de frescos, a ideia é que a salensecv.com passe a ser uma ponte entre produtores agrícolas da ilha do Sal e a população.

“É algo que pretendemos concretizar visto que o nosso objetivo máximo é valorizar tudo o que é da ilha do Sal e de Cabo Verde no geral”.

Dar a possibilidade aos restaurantes que têm opções “take-away” de terem um espaço na plataforma para exporem os seus produtos para que os utentes possam encomendar, é também outra das inovações que será posta em prática, “muito em breve”.

Estes jovens empreendedores estão ainda a explorar o envio e o recebimento de mercadorias inter-ilhas, um mercado que se mostra “bastante atractivo”.

Também, graças ao sistema de pagamento online e da parceria entre o Salense e a SISP, Randi Cardoso diz que irá “atrás de novos horizontes, nomeadamente os salenses na diáspora”. Pois, passou a ser possível aos imigrantes efetuarem compras na plataforma para entregarem a familiares residentes na ilha do Sal.

“Por exemplo, recentemente, fizemos a primeira entrega de uma encomenda feita por uma emigrante salense residente nos EUA, que brindou à sua mãe residente em Santa Maria com umas compras”, congratula-se.

Apesar de ser uma empresa jovem e de o mercado digital estar só a começar em Cabo Verde, Randi acredita que o projecto é uma aposta ganha.

“Ainda temos muito para aprender e evoluir, mas estamos convictos de que este é o caminho certo. É só uma questão de tempo, até as pessoas começarem, massivamente, a adoptar esta nova forma de “ir às compras”.

GC

António Segunda Amões, 1969-2020

Um grande angolano, um grande africano, um exemplo do que pode a riqueza fazer

Era um sonhador que não acreditava no impossível. De uma fé inabalável. Tinha bíblias em todas as salas dos escritórios do seu grupo empresarial e lia-as compulsivamente, com o mesmo fervor com que “devorava” as grandes obras filosóficas e de altas finanças.

O homem com todas estas qualidades viu o seu coração deixar de bombear na passada sexta-feira, aos 51 anos. António Segunda Amões, nascido na aldeia da Cameia, na província do Huambo, sempre acreditou na possibilidade de transformação das mais de 10 mil aldeias espalhadas pelo país, em lugares melhores e mais acolhedores.

“Se apostarmos seriamente no meio rural, transformando as aldeias em locais com melhores condições sociais e dignidade humana, é possível eliminarmos, em menos de 100 anos, a pobreza em Angola”.

Foi obstinado a esta convicção de “pensar e sonhar grande quando se aposta num projecto” que buscou consenso familiar, reuniu recursos financeiros e força espiritual para, em 10 anos, tornar a aldeia que o viu nascer “num dos melhores lugares para se viver, trabalhar e conviver” longe do casco urbano.

A dimensão do projecto Aldeia Camela Amões impressiona. Mas Segunda Amões afirmava que ainda era “pequeno” para o que pretendia. “O projecto está aqui, na minha cabeça. Os desenhos são feitos por um dos meus filhos”, dizia, para, de seguida, detalhar o que proconizava para aquela zona recôndita do Huambo:

“A intenção é transformar 40 mil hectares em zonas de produção agrícola, florestal, pecuária, industrial, de ecoturismo e reserva de animais selvagens. Mas, para que isso aconteça, são necessárias mão-de-obra e as condições para as pessoas virem para cá vi-



A NAÇÃO republica, com a devida vénia do Jornal de Angola, a extraordinária história do empresário António Segunda Amões que, com recursos próprios, decidiu “empoderar” os seus conterrâneos de Cameia, na província do Huambo. Construiu escolas, bibliotecas, igrejas, estradas, levou electricidade à sua aldeia natal. Até peixe, produzido em aquacultura, Cameia passou a ter. Infelizmente, quando dizia que ainda lhe restava muito por fazer para saldar a sua dívida com o lugar onde nasceu, Segunda Amões morreu na passada sexta-feira, aos 51 anos, vítima de um ataque cardíaco.

Miguel Ângelo/Huambo*

ver, estudar e trabalhar, para garantirem a sustentabilidade das actividades a serem criadas.”

Segunda Amões liderava um grupo empresarial composto por mais de 30 empresas, ligadas ao ramo da construção civil, transportes, imobiliária, seguros, banca, entre outros, pelo que a componente financeira nunca constituiu “preocupação para avançar com a ideia da Camela”.

“O grupo pensa investir, na primeira fase, que vai até 2025, acima de 400 milhões de dólares, para construir duas mil casas so-

ciais e outras infra-estruturas sociais”. Quando questionado se valeria a pena aplicar estes montantes num projecto sem garantias de retorno, o empresário tinha uma resposta: “É fruto de uma inspiração divina! Queremos, antes de pensar em lucros, velar pelas condições sociais das famílias”.

O até então presidente do Conselho de Administração do grupo ASAS acreditava que, investindo primeiramente no homem, a sustentabilidade do projecto da aldeia Camela Amões estava garantida. “Se a estratégia para a saída

da crise passa em apostar-se na agricultura, este é um conceito viável para se atrair mais força de trabalho para o campo”.

Baptista Tchippingue, consultor do projecto de reforma da aldeia Camela Amões, é a pessoa que traçava as linhas ‘ideológicas’ para fazer chegar às autoridades competentes, a fim de o mesmo ser replicado pelo país. “O caminho é este, o da valorização do meio rural, para reter as pessoas nas suas zonas de origem, com trabalho e casas condignas. É a forma mais eficiente para a diver-

sificação da economia. É no campo onde se produz quase tudo o que o país precisa. É no meio rural onde está o caminho para a saída da crise”, argumentou.

Inspirado neste exemplo-piloto, que o grupo empresarial ASAS augurava reformar, nos próximos anos, as mais de dez mil aldeias de Angola, o que corresponde a 18 e 20 aldeias por comuna. “É preciso evitar o maciço êxodo populacional. Investir no casco urbano, na actual conjuntura, é desaconselhável. O meio rural não pode continuar inexplorado, precisamos inverter a pirâmide”, dissera Segunda Amões.

A teoria que defende, e que terá encorajado a apresentar uma proposta ao Executivo, é pragmática: “Não adianta ter cidades com prédios bonitos ao lado das aldeias desaproveitadas”.

* Jornal de Angola, “Coração de Segunda Amões deixa de bombear aos 51 anos, Luanda, 06-12-20

Tudo nasceu de um óbito

Maria Augusta Ferreira Amões, esposa do saudoso empresário, surgiu, no enredo de transformar ‘uma aldeia em cidade’, como a maior impulsionadora do projecto aldeia Camela Amões.

Em 2011, quando o casal Amões se deslocou à Camela para assistir ao funeral de um parente próximo, que falecido na África do Sul, “Magusta”, como é tratada na aldeia, manifestou-se indignada com condições que encontrou e ‘encostou’ o parceiro à parede:

“O teu irmão Faustino é rico; o teu irmão Valentim é muito rico; tu és uma pessoa rica. Não consigo perceber como é que pessoas tão abençoadas permitem que o lugar onde nasceram não tenha sequer uma casa com quarto de banho. É uma vergonha!”

Segunda Amões, apesar da teimosia e difícil em ser demovido de uma ideia, como descreveram alguns colaboradores, ‘aceitou engolir’ a crítica da esposa. Foi assim que, em

2014, se começaram a lançar os primeiros pilares da aldeia, com a construção de uma escola, um centro médico e duas igrejas.

Maria Amões era, com esta ‘oferta’ do esposo, uma mulher felicíssima, porque assistia, a cada visita, a transformação de uma mata densa em local digno de uma família abençoada e abastada. Afinal, Segunda Amões, depois daquele óbito, teria reconhecido que era fundamental melhorar as condições de vida dos seus familiares e contemporâneos.

“A obra começou a ficar bonita e pusemos uma loja para a permuta de produtos. Quanto as condições, elas estavam mais ou menos criadas. Construímos uma casa social para o nosso avô, que logo se destacou das demais. Foi aí que começou a surgir a ideia de dar real dignidade à nossa aldeia. Preparámos o projecto e começámos a estendê-lo, aos poucos, a toda a aldeia”, contou o empresário.



A aldeia por dentro

Em termos de plano de arquitectura, era intenção de Segunda Amões dotar a aldeia de duas mil casas, de três tipologias, duas igrejas, campo de futebol, discoteca, biblioteca, museu, 15 escolas do I e II ciclo, centro de formação com dormitório, instituto médio, universidade, centro médico, hospital de referência, lavandaria, creches, padaria, pólo industrial, mini-hídricas, central de bombeiros, zona de lazer para animais selvagens, hotel, bungalows, aeródromo, teleférico entre as montanhas, actividade pecuária, avicultura, piscicultura e suinocultura.

O projecto, em 2025, conclui a primeira. A maior parte das infra-estruturas idealizadas por Segunda Amões estão em construção, cuja execução física está num nível avançado. “O projecto, apesar dessa tragédia, é para continuar. Não no mesmo andamento com o seu patrono. Mas é uma obra para ser

eternizada”, disse um dos familiares.

O próprio

António Segunda Amões nasceu a 20 de Fevereiro de 1969, na aldeia da Camela, província do Huambo, no seio de uma família profundamente católica. Em 1986, por iniciativa dos irmãos mais-velhos, Faustino Amões e saudoso Valentim Amões, empresários e fundadores das Organizações Waposoka Nambula Limitada, é enviado para a ex-União Soviética, na cidade de Baku, onde se formou em geologia.

O empresário nunca chegou a exercer a profissão, apostando na construção civil, constituindo, em 1993, a primeira empresa, a Angoestroi, que deu origem, em Junho de 1997, à criação do grupo ASAS, cuja facturação anual ronda os 200 milhões de dólares e dois mil trabalhadores.



População mergulhada em lágrimas

O ambiente na aldeia Camela Amões, na manhã de sábado, era de mais profunda comoção. As frases mais ouvidas eram “não acreditámos” e “Segunda não morreu”. Os choros vinham de todos os cantos. “Este é mais um momento difícil que estamos a viver, 12 anos depois da morte de Valentim Amões”, desabafou Carlos Francisco, um dos trabalhadores da aldeia.

Neste coro de lamentações e consternação, um grupo de crianças, com idades compreendidas entre os 8 e 14 anos, que fazem

parte dos ‘Guardiões da Camela’, “sente-se abandonado” com a partida prematura do “nosso padrinho” que “nos ensinava algumas técnicas” de construção civil. “O tio Segunda era um pai para nós. Estava, todos os dias, a nos ensinar alguma coisa. Muitos de nós hoje sabemos como fazer uma ‘massa de cimento’, rebocar parede ou aplicar mosaico, graças a ele. Incentivou-nos, nos tempos livres da escola, a aprender uma profissão”, disse Amâncio Bernabé, 13 anos, que sonha ser, um dia, um futebolista. (...)



Rapper Seiva Estrela e a luta contra a toxicodependência

Cada dia “limpo” é uma vitória

PERFIL

“O meu cachê era destinado às drogas”. Esta é uma das memórias mais marcantes do rapper sanvincentino Danilo Estrela, popularmente conhecido por Seiva. Recentemente lançou a música “Ainda um t li”, que relata o quão atribulada tem sido a sua vida por causa da toxicodependência.

Jason Fortes



Chama-se Danilo Estrela, mas assumiu a alcunha de Seiva, enquanto rapper. Nasceu em São Vicente há 37 anos e actualmente reside no Lombo Tanque. Deu os primeiros passos no mundo da música por volta dos 11 anos, juntamente com mais dois amigos.

As primeiras gravações foram num outro grupo, o Real Potência. Com 15 a 16 anos já seguia os “Black Side” e “Bairro Norte” a todos os palcos onde actuavam. Com o passar dos anos veio a integrar o grupo “Bairro turbulento”, na zona de Bela Vista.

Mas a vida de Seiva nunca foi pera doce. A sua carreira musical foi sempre acompanhada do vício nas drogas e das suas consequências.

O vício pelas drogas

“Passei muito tempo sob o uso de drogas o que me desmoralizou um pouco, mas depois comecei a fazer os meus trabalhos com o Expavi”, revela.

“Expavi motivou-me a gravar um álbum. O primeiro álbum que gravei foi à base de roubos que fazia e o meu cachê era destinado para as drogas. Praticamente cantava para sustentar traficantes. São coisas das quais não me orgulho, mas hoje falo disso sem qualquer tabu. O meu passado é o que me faz forte hoje”.

O primeiro álbum de Seiva foi lançado em 2009, mas de-

pois, devido a problemas com a justiça, passou oito meses encarcerado na Cadeia de Ribeirinha. Durante esse período compôs metade do seu segundo álbum, “Nha Flow”, que viria a ser lançado em 2011. Seguiram-se “Produto bruto” (2013) e “Venen” (2015). Este último começa a marcar a viragem na carreira deste rapper.

“Venen foi o álbum que me deu o clique na música, porque foi nele que vi que realizei um sonho, que era ver os fãs a cantarem todas as minhas músicas. De dois em dois anos, lancei o álbum. As músicas que mais impactaram na altura foram ‘Batalha de dia-a-dia’, juntamente com Expavi, e ‘Soncent t ruim’, juntamente com Mark e Txintsia”, recorda.

Em 2017 Seiva chegou à ribalta com o álbum “Katumba de Fog”, que teve um impacto não só nos seguidores, como também no próprio artista. Cantou na primeira pessoa, sem recorrer à máscara que disfarçava o seu vício na drogas, máscara essa que todos já conheciam.

Nas vésperas de lançar “Katumba de Fog” este artista cumpriu um dos seus objectivos que era subir no palco do Festival Baía das Gatas.

“Ainda um t li”

Recentemente Seiva lançou o seu mais recente single, intitulado “Ainda um t li”, que de-

verá integrar o seu próximo álbum. A música, acompanhada de um videoclipe, já conta com cerca de 21 mil visualizações na plataforma do youtube, em pouco mais de um mês.

A composição, para muitos arrepiante, é nada mais, nada menos do que um resumo da vida de Seiva, os dias do vício, do processo de recuperação e da superação.

“É superação, informação e motivação, mas principalmente uma chamada de atenção para os jovens porque se eu estivesse naquele mundo eu não sei o que seria. Falta a estes jovens o despertar espiritual para saberem o que é o problema deles. Quando isso acontecer, um ou dois procurará ajuda, assim como têm vindo a procurar”, explica.

A música suscitou inúmeras reacções positivas. “Até pessoas já idosas parabenizaram-me e daí vi que todos estavam cientes da mensagem. Sou activista social e muita gente procurou ajuda ao ouvir essa música. Teve um despertar espiritual nas pessoas. Às vezes, as pessoas não sabem o que têm e onde podem chegar”, acrescenta.

Álbum a caminho

Esta última música lançada por Seiva, faz parte de um álbum que está na forja e que deverá ser lançada já em 2021.

“O álbum ainda não tem data certa. Estamos na fase final de masterização e mixagem e estava à espera de alguns participantes terminarem as suas respectivas gravações. Graças a deus, as coisas já estão bem encaminhadas”.

Ainda sem nome, esse álbum vem contar as três fases da vida de Seiva. Possui uma linha de pensamento sobre o uso de drogas e as suas consequências.

“Sempre acabo por mencionar esta substância nas minhas músicas, mas, desta feita, quero fazer um álbum genuíno, onde ninguém vai ter preconceito com o hip hop”, conclui.

Tratamento

Seiva esteve a maior parte da sua vida sob o vício de drogas pesadas. Em finais de 2018, por influência dos rappers Ga da Lomba e MAX, decidiu viajar a Santiago onde, em 2019, viria a dar início ao

tratamento.

“Foi na Praia que fiz o tratamento, mais precisamente no Centro Terapêutico Granja de São Filipe que é uma referência a nível de África, com uma taxa de sucesso acima dos 60%. Então um ex-colega meu que é rapper também e um grande rapper de Praia, Ga da Lomba, vieram dar uma palestra aqui. Nessa altura eu já estava na eminência de ir. Foi o clique, porque se eles conseguiram eu também conseguiria”.

O tratamento de Seiva teve a duração de seis meses e conta que a maior motivação foi ter visto que havia tornado uma referência e exemplo a seguir por fãs, principalmente crianças.

“Muitas vezes, os pais não deixavam o meu trabalho penetrar, tendo em conta o mau exemplo que dava dentro e fora da música. Mas, não os julgo, porque eu era o culpado por tudo isso. Hoje os pais são favoráveis a que os filhos possam seguir-me”.

Actualmente Seiva dedica-se ao activismo social e continua na luta contra o mal social que é o uso das drogas. Cada dia “limpo” representa uma vitória.

Teobaldo Virgínio, uma voz da diáspora que se cala



OBITUÁRIO

O escritor Teobaldo Virgínio morreu há uma semana, em Boston, EUA, onde residia há várias décadas. Poeta e romancista das sete partidas, tinha 96 anos e deixa uma vasta obra, quase toda inspirada em Santo Antão, sua ilha natal.

A Nação*

Pastor nazareno e poeta e narrador das sete partidas, além de Cabo Verde, Teobaldo Virgínio morreu na quinta-feira da semana passada, 03, em Boston, EUA, onde foi enterrado. Natural da Ponta do Sol, Ribeira Grande de Santo Antão, viveu em Angola, Portugal e finalmente nos EUA. O seu primeiro livro, Poemas cabo-verdianos, foi dado à estampa em 1960, ainda em Cabo Verde.

Mas foi com Distância (1963) e Vida crioula (1967), novelas publicadas em Lisboa, que se tornaria numa referência literária cabo-verdiana. Os dois últimos títulos da sua obra foram publicados em 2010: “Folhas da Vida – poesia” e “Gaudêncio, o Filho Errante – prosa”.

Colaborador do último número de Claridade (1960), juntamente com Teixeira de Sousa e Virgílio Pires, entre outros jovens nomes na altura, Teobaldo Virgínio é por isso considerado um claridoso de terceira vaga. A sua produção literária, quase toda baseada na sua ilha natal, Santo Antão, faz jus a esse qualificativo.

Apesar de muito vincado a Cabo Verde, à sua ilha natal em particular, Teobaldo Virgínio assumia-se também como um escritor “africanista”. Estrela Africana, publicado em 2005, é nome de um seus livros de poemas. “Nos sulcos do tempo, Teobaldo celebra África, à procura de novas caminhadas, de caminhos perdidos, de caminhos por encontrar, de chuvas, de seca, de filhos mulatos e de identidades perdidas”, observou a poetiza cabo-verdiana Carlota de Barros, a propósito.

No geral, a escrita de Teobaldo Virgínio, particularmente a sua obra romanesca, estava particularmente assente na memória, isto é, memória de um tempo santo-antonense, que não mais existe. “Os ele-

mentos ficcionais que Teobaldo Virgínio integra são, a um tempo, factuais, sociais, quotidianos, históricos, verdadeiros”, escreveu o falecido Manuel Ferreira. “A ficção de Teobaldo Virgínio radica numa profunda experiência pessoal (em grande parte autobiográfica) e num profundo sentimento pátrio...”

Na galeria das letras cabo-verdianas, mais precisamente no naipe dos escritores das sete partidas, Teobaldo Virgínio parece ocupar um lugar particular. “Lendo Distância e lendo Vida crioula ou Tio Jonas ou mesmo a sua poesia (pelo menos Viagem para lá da Fronteira) um dos sentimentos profundos que se enraízam em nós é o da sua genuína criouliidade...”, acrescenta o mesmo

Manuel Ferreira.

Teobaldo Virgínio esteve pela última vez em Cabo Verde em 2010, altura em que foi homenageado pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, Santo Antão, presidida por Orlando Delgado. Depois de vários anos de ausência, tratou-se de um reencontro há muito esperado com o seu torrão natal. “Os dias foram curtos mas intensos em contatos, troca de impressões e discursos. Gostei também de ver a nossa terra com algum progresso, sobretudo falando de estradas e portos”, confessou numa entrevista.

Modelo de intelectual

Em nota de pesar, o presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, lamentou a mor-

te de Teobaldo Virgínio, “figura que encarnava o modelo do intelectual cabo-verdiano do seu tempo: homem viajado, conhecedor do mundo, escritor e amante do seu torrão natal”.

“Com a sua morte”, continua JCF, “perde-se um poeta e romancista, mas sobretudo um grande comunicador, na esteira de outros intelectuais que ajudaram a compreender os destinos dos homens e mulheres de Cabo Verde, engrandecendo a sua cultura, no reforço do seu amor pela terra-mãe”.

Projecção da caboverdianidade

Por seu turno, o presidente da Academia Cabo-verdiana de Letras (ACL) considerou, que Cabo Verde perdeu um dos “maiores vultos” da sua cultura contemporânea que contribuiu muito para a afirmação e a projecção da cabo-verdianidade na diáspora e no mundo.

“Lamentamos o desaparecimento desta destacada figura, uma das mais carismáticas da nossa literatura contemporânea, tido como claridoso de terceira geração, para além de cidadão com exemplar inteireza de carácter”, disse Daniel Medina, à Inforpress.

Teobaldo Virgínio era natural da Ponta de Sol, ilha de Santo Antão. Nasceu em 21 de Maio de 1924 e pautou-se como um exemplo para as gerações de escritores, a partir dos anos 1960.

Virgínio Assunção Nobre de Melo, seu nome verdadeiro, era irmão do também escritor Luís Romano, natural da Ponta do Sol, Ribeira Grande de Santo Antão.

* Fontes: Novas Letras, revista da ACL, nº2, Outubro de 2018 e Arquipélago, revista de opinião e cultura.



Evandra Martins Neves*

Natal em tempos de crise: Entenda como comemorar sem abrir mão de seus sonhos

Não é novidade que 2020 está sendo um ano atípico. Logo no primeiro trimestre, precisamente no vigésimo nono dia do mês de março, entrou em vigor o primeiro Estado de Emergência em Cabo Verde, seguido de outras medidas que mudaram por completo a vida de muitos cabo-verdianos.

Para além da introdução de novos hábitos, como o uso de máscaras e outros cuidados para evitar a disseminação da doença, o isolamento social culminado com a redução do rendimento, obrigaram muitas famílias a repensarem seus planos. Muitos sonhos foram adiados, outros simplesmente foram esquecidos.

Com a chegada das épocas festivas e de confraternização familiar, como Natal e Fim de Ano, a preocupação de muitas famílias é ainda maior uma vez que os gastos costumam ser significativos.

A importância dos sonhos

Apesar de todos os cuidados em relação a esse momento vivido, estamos no período de fim de ano e é importante reforçar para as famílias neste momento a importância de continuar a sonhar. O conceito de “sonhos” foi introduzido na pauta da educação financeira pelo PhD. Reinaldo Domingos, mentor da Metodologia DSOP de Educação Financeira que se baseia em quatro pilares: Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar.

Segundo Domingos, os sonhos são agentes motivadores que mostram o caminho e o verdadeiro sentido da vida. Para que essa motivação seja contínua é preciso ter sempre no mínimo três sonhos: de curto, de médio e de longo prazos.

Os sonhos movem o SER, ou seja, sem eles não vivemos! Partindo desse pressuposto, cada indivíduo deve encontrar respostas para as seguintes per-

guntas:

Qual é o meu sonho?

Quanto ele custa?

Em quanto tempo posso realizá-lo?

Quanto vou guardar por mês?

De onde pretendo tirar esse dinheiro?

É evidente que o dinheiro é um meio indispensável para a realização de alguns sonhos. Entretanto, é preciso ter em atenção aquilo que se configura como um bem de valor e o que se revela ser um bem sem nenhum valor. Isso permitirá avaliar melhor o que é um sonho vantajoso, aquele que vale mesmo a pena, e o que não é.

Sonhar é o agente motivador da educação financeira. E quanto aos sonhos daqueles que estão ao nosso redor?

Falar sobre dinheiro com seus filhos

Em tempos de crise, convém abrir o jogo e falar abertamente sobre dinheiro com seus filhos. Afinal, dinheiro não tem segredo. Tendo em consideração que a maioria dos pais não teve essa oportunidade, é natural que não saibam qual a melhor maneira de introduzir esse assunto no dia-a-dia da criança.

Então fica a dica! Neste fim de ano, comece por proporcionar momentos em que a criança tenha contato com o dinheiro, para que este possa fazer parte do seu mundo desde cedo. Idas às compras, por exemplo, são ótimas oportunidades para conscientizar a criança acerca do valor do dinheiro e introduzir disciplina financeira.

Se a família registou uma diminuição no seu rendimento, talvez seja o momento ideal para explicar algumas coisas e responder alguns porquês. Porquê não podemos fazer isso? Porquê não podemos comprar tal produto? Porquê não podemos ir a tal lugar?

O cofrinho pode ser um ótimo presente neste fim de ano e é o segundo elemento que deve ser apresentado para a criança quando falamos em educação financeira, trazendo junto o conceito de poupar que consiste em guardar, reter, proteger e salvar. Poupar significa carimbar o dinheiro guardado e, para isso, é necessário algumas coisas que chamamos de sonhos. Lembra deles?

Estimular os filhos a sonhar, sabendo que eles podem alcançar o que desejam, é um exercício que promove a ação positiva de poupar.

Também é recomendável que, para 2021, se pensa na instituição da mesada, sendo esta outra forma de proporcionar a familiaridade com o dinheiro. De forma simplificada, a mesada é um montante de dinheiro que você dá para seu filho com o objetivo de que ele pague por conta própria pequenas despesas.

Mas, não é só isso, é importante explicar aos filhos que parte do valor da mesada deverá sempre ser guardada para a realização dos sonhos. Para além disso, é necessário combinar as regras do sistema de mesada como periodicidade, valor, etc.

Talvez seja interessante abrir uma conta-poupança em nome dos seus filhos para que eles possam ter sempre em mente o investimento em seus sonhos. Investir é potencializar o dinheiro poupado, ou seja, é fazer o dinheiro render.

Em época festiva é comum nos depararmos com algumas ações que podem “atrapalhar” ou “facilitar” a realização dos nossos sonhos. Uma delas são as promoções.

Analisar as promoções

No período de festas somos bombardeados por promoções, que são

técnicas de marketing que têm como objetivo incrementar as vendas, por isso cuidado. Algumas promoções consistem na redução do preço de um produto ou serviço a fim de aumentar as vendas, outras buscam alavancar a venda de um determinado produto com base em outro que possui uma maior saída.

No seu livro “Por que enfrentamos crises e não estamos preparados?”, Reinaldo Domingos elenca um conjunto de questões denominadas “perguntas básicas do consumo consciente” que devem ser colocadas sempre que se está perante uma promoção. São elas:

Eu preciso disso?

Eu tenho dinheiro e não fará falta para outras necessidades e desejos?

O que isso vai agregar de valor e melhoria de vida?

Isso é mais importante que meus sonhos?

Isso me trará custo de manutenção?

Eu tenho esse recurso dentro do meu orçamento financeiro para bancar essas manutenções?

Esse dinheiro vai fazer falta para minha aposentadoria sustentável?

Eu tenho reserva financeira para, no mínimo, seis meses?

Depois dessa análise, talvez não queira gastar agora todo seu dinheiro e começar o ano de 2021 sem dinheiro e sem poder realizar seus sonhos. Se tem mesmo que comprar alguma coisa, faça uma lista e pesquise os preços com antecedência.

*Educadora Financeira DSOP e CEO Founder da Fin Academy – Academia de Educação Financeira

<https://web.facebook.com/finacademyvcv>

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



Prato cheio

Maçã ao vinho com creme de ricota

Ingredientes

- 8 maçãs médias;
- 300g de ricota;
- 600ml de vinho tinto de mesa;
- 3 colheres de sopa de açúcar demerara;
- 3 anis estrelado;
- 4 colheres de leite (se necessário);
- 4 cravos;

Modo de preparação

- 1- Descasque as maçãs deixando os cabinhos.
- 2- De seguida distribua-os numa panela, de forma que fiquem uma ao lado da outra.
- 3- Junte o vinho, o açúcar, o anis e os cravos.
- 4- Por último junte água até ficarem cobertas, leve ao fogo e deixe ferver por 15 minutos.
- 5- Retire as maçãs e deixe o vinho reduzir até ficar uma calda, desligue o fogo e deixe frio para servir por cima das maçãs.
- 6- Bata no processador a ricota com o açúcar e o leite, suficiente para deixar um creme homogêneo.
- 7- Sirva as maçãs com o creme e a calda de vinho.



Caça-palavras

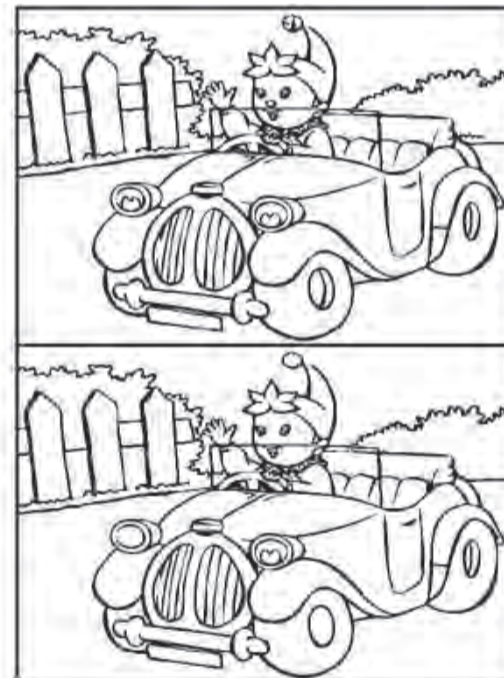
M C J O O H L A B A R T V Q R P M P E C
 E I H ã A W A N V L A Q H H O X R T O E
 L A G S C E F R A K C Y L B M J K R K I
 Q B J U N O U E E E N B F U X I N S B Q
 R I B L A F L T D U E R R O D U Z T M G
 Q Z I C R L J A Ú U R J T K G S Z H A C
 V V L N U F D M A Z C P H P I A D H W V
 C O F I G R J A S Z P A L B B H C L N N
 S Q Q D E H D U D Y A Z C G K V S M B E
 Z Y E B S N V G X E Z H R ã L K D V X L
 A G I W K Y H N H J K F Z D O T K C I C
 B L B N G K V Í D A P C Z R J D M T O L
 Z C H E H B A L H N D Z G E N Z C N I G
 G B T V F N Q S B S F W I A B Z E A N W
 C Z I G T Y B T U T G L X A S N Q D V Y
 F Z O F F Y G Q T G W P Q J L J G X T V
 A O I R V I R V Z D Q C G O C Y D S C T
 Q U U F S H D X V Z L D V U J H Y G D Y
 F S Z U W M V G N L I W U R X N A T J C
 O Q O L Y N H M L G M Q A X U H H G E Z

Encontre o nome de dez direitos humanos:

SOLUÇÕES:

- IGUALDADE
- INCLUSÃO
- LIBERDADE
- CRENÇA
- PAZ
- LÍNGUA MATERNA
- TRABALHO
- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- SEGURANÇA

Jogo das Sete Diferenças



Talento

Cristian Andrade é um jovem humorista, natural da ilha de São Vicente, que esta semana tem em cartaz o espetáculo “Kazod D’Fresk”, junto com o parceiro Ricardo Fidalga.

O seu contacto com o Stand Up Comedy deu-se no curso de Iniciação Teatral, do Centro Cultural Português no Mindelo. “Na altura não me correu tão bem quanto esperava e acabei por me afastar desta vertente do teatro. Entretanto, o Ricardo Fidalga, que foi o primeiro humorista a fazer Stand Up em São Vicente, continuou sozinho e, mais

tarde, convidou-me para fazer parte do projecto”, explica o jovem, que já vai no seu segundo espetáculo, criado juntamente com Ricardo Fidalga.

O primeiro foi “De trás pe frente”, estreado há sensivelmente um ano. “Fizemos cinco espetáculos, todos lotados. O Stand Up Comedy está a ganhar o seu espaço gradualmente”, sublinha.

O show que se estreia este final de semana, 11, 12 e 13 de Dezembro – “Kazod d’fresk”, retrata os problemas e desafios enfrentados por casais sobretudo jovens. Como diz o co-autor, um espelho da pró-

pria vivência.

“Todo ele, do início ao fim, fala, com muito humor, das partes menos boas do relacionamento ou do casamento. Por isso o cartaz diz que é um show impróprio para casais”, avisa, para os casais que pretendem assistir ao espetáculo, a ter lugar no auditório da Escola Técnica do Mindelo.

E para quem faz espetáculos em São Vicente, um velho problema: espaços adequados. De resto, diz Cristian Andrade, “o público é o melhor”.





A Nação
 JORNAL INDEPENDENTE
 Cabo Verde

13 Anos

2007 - 2020

**UM JORNALISMO
 PLURAL E INDEPENDENTE**

PPN

PRONTO PARA NEGÓCIO



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

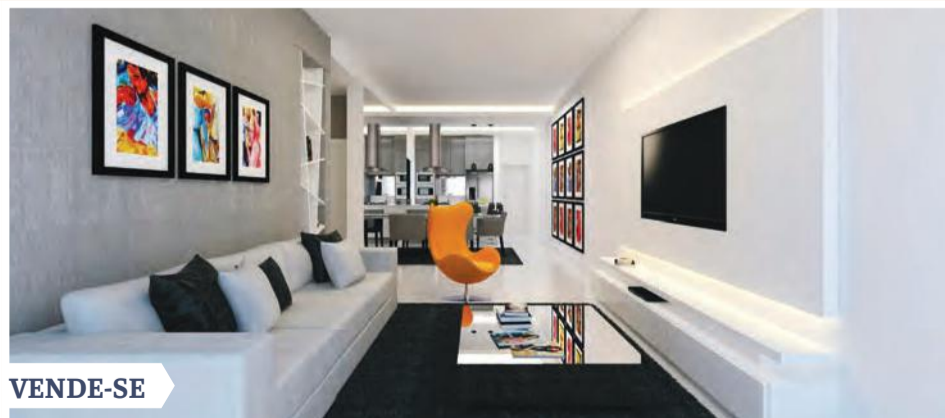
Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavanderia e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



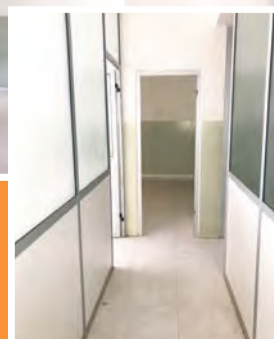
VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

iPhone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



iPhone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



iPhone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

Classificados



COMUNICADO

Dissolução Voluntária e Liquidação do Banco Privado Internacional, S.A. – Em liquidação

O Banco de Cabo Verde vem, ao abrigo do disposto no número 6 do artigo 107º da Lei nº 62/VIII/2014, de 23 de abril, que regula as Atividades das Instituições Financeiras, tornar público que procedeu ao registo da deliberação dos acionistas do **Banco Privado Internacional, S.A. – BPI, Instituição de Crédito de Autorização Restrita**, que, em sede de Assembleia Geral Ordinária realizada a 30 de abril de 2020, decidiu pela sua **dissolução voluntária e liquidação**.

Mais informa que, à luz do disposto no número 5 do referido preceito legal, a autorização da instituição de crédito caducou e que foi aditada à firma a menção “em liquidação”, nos termos do número 4 do artigo 145º do Código das Sociedades Comerciais em vigor.

O Banco de Cabo Verde, 02 de Dezembro de 2020



COMUNICADO

A Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria cumpre o doloroso dever de comunicar que faleceu ontem, dia 08 de dezembro, na sua residência, em S. Vicente, a Combatente da Liberdade da Pátria, Lina Maria Tavares, aos 85 anos, vítima de doença prolongada.

Lina nasceu em S. Vicente, emigrou muito cedo para Dakar, foi a primeira locutora em língua portuguesa de um programa da Rádio Acra, de apoio aos movimentos de libertação nacional, ainda no tempo do Presidente Kwame N’Krumah e militou junto das comunidades caboverdianas em países africanos. Após a independência de Cabo Verde foi uma empreendedora no domínio da costura, sobretudo da moda africana, e da restauração.

Mulher de fibra e muito afável, Lina será sempre lembrada com saudades.

O funeral deverá ter lugar no Mindelo, no próximo domingo, dia 13.

Às filhas, ao filho e a todos os familiares de Lina Tavares a ACOIP apresenta as suas sentidas condolências.

Cidade da Praia, 09 de dezembro de 2020



COMUNICADO

A Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria cumpre o doloroso dever de comunicar que faleceu nos Estados Unidos da América, no dia 03 de Dezembro de 2020, o Combatente da Liberdade da Pátria, **Rolando James Wahnnon**, vítima de doença prolongada.

Rolando Whanon nasceu em S. Vicente, a 12 de Novembro de 1944 e viveu na Cidade da Praia onde exerceu a sua militância política na organização clandestina do PAIGC.

Figura serena e educada, Rolando Whanon será lembrado pela sua afabilidade e pela sua disponibilidade em relação à organização da luta pela independência.

À viúva, filhos e familiares, a Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria apresenta as suas sentidas condolências.

Paz à sua alma.

Cidade da Praia, 04 de Dezembro de 2020



COMUNICADO

A Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria cumpre o doloroso dever de comunicar que faleceu em S. Vicente, no dia 05 de Dezembro de 2020, o Combatente da Liberdade da Pátria, **João Espírito Santo Silva**, vítima de doença prolongada, com a idade de 68 anos.

Natural de S. Vicente, emigrou muito cedo para a Holanda, onde o pai já se encontrava e juntou-se à luta pela Independência Nacional, na Guiné, em 1970.

Em Cabo Verde, deu aulas no Liceu Ludgero Lima, foi dramaturgo e ativista cultural. Nesta qualidade, fundou o Grupo de Teatro Frank Cavaquim, publicou uma colectânea intitulada «Visões Apocalíticas» e foi membro fundador do Mindelact.

A Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria apresenta as suas sentidas condolências à família de Espírito Santo.

Cidade da Praia, 07 de dezembro de 2020



BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, SA

Sede: Plateau-Praia

E-mail: bca@bca.cv

Capital Social: 1.324.765.000\$00

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco os Senhores Acionistas do Banco Comercial do Atlântico, BCA, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no próximo dia 30 de dezembro de 2020, pelas 15 horas, no Auditório do BCA sito em Chã de Areia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Ratificar a designação dos Membros da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, CNAR;
2. Deliberar sobre a Política de Remuneração e a Política de Seleção e Avaliação dos Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização;
3. Deliberar sobre o Plano de Sucessão dos Membros do Conselho de Administração e titulares de funções essenciais;
4. Diversos.

Para além da presente convocatória, será posta à disposição dos Senhores Acionistas, para consulta, na Sede Social da Sociedade e na página da instituição (www.bca.cv), a documentação de suporte.

Os Acionistas poderão, na reunião da Assembleia Geral, exercer o direito a voto, nos termos legais e estatutários da Sociedade, bastando, como instrumento de representação, uma carta com assinatura, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Cidade da Praia, 07 de dezembro de 2020.



Miguel António Ramos
Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Relação de Acionistas

Para a realização da Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 30 de dezembro do corrente ano, publica-se a relação dos acionistas do Banco Comercial do Atlântico S.A, cuja participação excede os 2% do Capital Social, nos termos do art.º art.º 53º da Lei nº62/VIII/2014 de 23 de Abril.

LISTA DE ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 2%

Capital Social a 08/12/2020

Acionista	Valor	% Participação
CGD/BANCO INTERATLÂNTICO	697.446.000	53%
INPS	166.078.000	13%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	89.504.000	7%
GARANTIA	76.322.000	6%
ASA - AEROPORTO E SEGURANÇA AÉREA	28.780.000	2%
TRABALHADORES	26.677.000	2%
OUTROS	239.958.000	18%
TOTAL	1.324.765.000	100%

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Maria de Fátima Veiga Pires




Ministério das Infra-Estruturas, do
Ordenamento do Território e Habitação




**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE EM ESTRADAS
NACIONAIS (SEMACE-EN), NA ILHA BRAVA
Concurso Público Nacional N.º O-BR-10/2020**

RETIFICAÇÃO

No âmbito do anúncio de concurso para Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais, na Ilha Brava, publicado nos jornais “Expresso das Ilhas, edição n.º 991 de 25 de Novembro e “A Nação” edição n.º 691 de 26 de Novembro, a Estradas de Cabo Verde, E.P.E., aproveita para fazer as alterações, a saber:

O Dossier de Concurso estará disponível, a partir de **10 Dezembro de 2020**, em formato digital; Os esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referencia, previstos para o período de **26 de Novembro a 07 de dezembro de 2020**, ficam adiados para **21 de dezembro de 2020**. Em relação aos esclarecimentos solicitados, serão prestados até ao dia **31 de dezembro de 2020**, sendo a Entrega das propostas até às **10:00 horas do dia 14 de janeiro de 2021** e Abertura no mesmo dia **pelas 10:30 horas**.



	EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A	ANÚNCIO DE CONCURSO
	CONCURSO PÚBLICO – Aquisição de bens móveis – Sistemas de gravação de áudio simples (DUAL)	

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL Nº 11/ASA/dfa/2020 AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE GRAVAÇÃO DE ÁUDIO SIMPLES (DUAL)

1. ENTIDADE ADJUDICANTE:

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A, com sede no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Cidade de Espargos, Ilha do Sal, Caixa Postal n.º 58, NIF 200166972, tel.: nº +238 2419200, Fax nº +238 2412487, correio eletrónico: dfa.compras@asa.cv.

2. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A

3. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO:

Direção Financeira e Administrativa – Núcleo de Compras, da ASA.

4. FINANCIAMENTO:

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste procedimento correrão por conta de recursos próprios, consignados no orçamento da ASA, S.A.

5. OBJECTO DO CONCURSO:

O presente concurso tem por objeto a aquisição de 3 (três) Sistemas de gravação de áudio simples (DUAL), de acordo com as disposições constantes na Parte II - Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

6. LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Aeródromo da Preguiça, Ilha de São Nicolau;
Aeródromo de São Filipe, Ilha do Fogo;
Aeródromo do Maio, Ilha do Maio;

República de Cabo Verde.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

O contrato tem a sua vigência até a data de entrega integral dos bens objeto do contrato, consoante o prazo de entrega apresentado na proposta vencedora.

8. OBTENÇÃO DOS DOCUMENTOS DO CONCURSO:

As peças do procedimento encontram-se disponíveis para fornecimento através do Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>.

As peças do procedimento encontram-se patentes para consulta no serviço de atendimento ao público da ASA, na morada indicada no ponto 1, entre as 08:00 e as 16:00 horas, apenas em dias úteis, bem como no endereço eletrónico da ASA, <https://www.asa.cv> (Campo: ASA - Publicações e Artigos).

9. PROPOSTA VARIANTES:

Não é admitida a sua apresentação.

10. REQUISITOS DE ADMISSÃO:

Podem ser admitidas todas as empresas nacionais e internacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70º do Código da Contratação Pública.

11. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

As Propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues presencialmente na Direção Financeira e Administrativa da ASA – sita no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Caixa Postal nº 58, Cidade de Espargos, Ilha do Sal, República de Cabo Verde, ou enviadas por correio registado para a mesma morada, não sendo consideradas as propostas que cheguem depois de expirado o prazo fixado para a sua apresentação e sendo os concorrentes responsáveis por todos os atrasos que porventura se verificarem.

As propostas recebidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão es-

crita e eletrónica de dados não serão consideradas pela entidade contratante.

Se as propostas e os documentos que as acompanham forem remetidos por correio, o concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verificarem, não se considerando tempestivamente apresentada a proposta ou os documentos que a acompanham que deem entrada depois da data e hora limites referidos no número anterior, ainda que o invólucro correspondente tenha sido expedido anteriormente.

A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo comprovativo dessa receção.

12. IDIOMA DOS DOCUMENTOS:

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua Portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, serão acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

13. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:

Os interessados devem entregar as respetivas propostas, até às 10h00 do dia 15 de Janeiro de 2021.

14. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS:

Os concorrentes ficam obrigados a manter a validade das suas propostas durante o prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data limite para a sua entrega. O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por igual período se os concorrentes nada requererem em contrário.

15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, de acordo com o disposto no ponto 17 do Programa do Concurso.

16. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Os interessados poderão solicitar, por escrito através do Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>, ou pelo endereço eletrónico dfa.compras@asa.cv, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos documentos do presente procedimento, até às 16:00 horas do fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos, também por escrito, para o endereço postal, ou de correio eletrónico ou fax indicados pelo interessado, até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

17. ATO PÚBLICO

O ato público de abertura das propostas terá lugar na Sala de Reuniões do Concourse Hall, sita no 1º Andar da Zona Pública do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral – Ilha do Sal, **no dia 15 de Janeiro de 2021, às 11 horas**, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

18. LEI APLICÁVEL AO PROCEDIMENTO

Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de Abril.

ASA – Aeroportos e Segurança Aérea, Ilha do Sal, 7 de Dezembro de 2020

O Director Financeiro e Administrativo

 - Emanuel Evora Gomes -



Ministério das Finanças

Unidade de Gestão
de Projetos Especiais

REPÚBLICA DE CABO VERDE MINISTÉRIO DAS FINANÇAS UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS - UGPE

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PAÍS: CABO VERDE

PROJETO: COMPETITIVIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Crédito N.º.: 58010-CV

Project ID No.: P146666

Ref: EOI – 081 CS UGPE 2020

Data: dezembro 03, 2020.

Assunto: Contratação de Dois (2) Consultores Juniores Nacionais.

Lote 1: um (1) Consultor para Cidade da Praia.

Lote 2: um (1) Consultor para Cidade do Mindelo.

1. O Governo de Cabo Verde recebeu um crédito da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) do Grupo Banco Mundial, para financiamento do projeto Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo (PCDT) no montante total de 5 milhões de dólares e pretende aplicar parte dos recursos para a **Contratação de Dois (2) Consultores Juniores Nacionais, um (1) para Cidade da Praia e um (1) para Cidade do Mindelo para apoiar no Programa de Certificação Para Pequenos Alojamentos Turísticos**. O Projeto PCDT tem por objetivo promover um setor turístico competitivo e diversificado como base para uma nova fase de crescimento inclusivo do país. Para atingir esse propósito, o projeto contribuirá para melhorar a capacidade de atrair e gerir investimentos de médio e grande porte que criem emprego e riqueza de forma sustentável na economia.
2. O objetivo da contratação de serviços de consultoria é de reforçar e apoiar a equipa de trabalho existente na continuidade e sustentabilidade do Programa de Certificação para pequenos alojamentos turísticos.
3. Informações detalhadas são fornecidas nos Termos de Referência que pode ser solicitado através dos endereços de correios eletrónicos abaixo indicados, ou consultado no endereço do escritório durante o horário normal de funcionamento, ou ainda através do website: www.compraspublicas.cv.
4. A UGPE convida os consultores individuais interessados, elegíveis e qualificados a apresentarem a sua candidatura, fornecendo dados e informações que confirmem a sua experiência e capacidade técnica necessária para desempenhar a função. Uma Carta de Manifestação de Interesse e Curriculum Vitae atualizado, no modelo europass, indicando a descrição de atribuições semelhantes, experiência e referências de contactos em funções semelhantes são exigidas.
5. Os critérios de seleção são os seguintes:
 - i) Licenciatura em turismo, gestão hoteleira, gestão de projetos, gestão da qualidade ou áreas afins;
 - ii) Ter experiência de trabalho de pelo menos 3 (três) ano no setor do turismo, em particular na gestão hoteleira;
 - iii) Interesse em trabalhar na certificação de produtos e serviços no setor do turismo;
 - iv) Boa capacidade de comunicação oral e escrita e de trabalho em equipa;
 - v) Ter domínio da língua portuguesa. O domínio de uma língua estrangeira (francês ou inglês) é uma mais valia.
6. Chama-se a atenção dos interessados para os parágrafos 1.9 e 1.10 das Directrizes do Banco Mundial: *Selection and Employment of Consultants [under IBRD Loans and IDA Credits & Grants] by World Bank Borrowers edition of January 2011 revised July 2014 (“Consultant Guidelines”)*, definindo a política do Banco Mundial sobre conflito de interesses e vantagem competitiva desleal.
7. Neste concurso os candidatos serão seleccionados em conformidade com o seguinte método Individual Consultant Selection (ICS) especificado no “Guidelines: Selection and Employment of Consultants [under IBRD Loans and IDA Credits & Grants] by World Bank Borrowers, edition of January 2011 revised July 2014.
8. A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) reserva o direito de não seleccionar qualquer técnico, caso não sejam satisfeitas as condições requeridas.
9. Os interessados poderão obter informações adicionais sobre o concurso através dos endereços de correio eletrónico indicados abaixo durante o horário normal de trabalho, das 08:00 às 16:00 horas.

Correio Eletrónico: concursos.ugpe@gmail.com; ildo.a.varela@mf.gov.cv; Irenalina.B.Vicente@mf.gov.cv; ugpe_concurso@mf.gov.cv
C/C: Nuno.Gomes@mf.gov.cv
10. A Manifestação de Interesse deve ser entregue por escrito e em língua portuguesa, no endereço abaixo indicado (envelope fechado) ou pelo correio eletrónico abaixo indicado, até o dia **18 de dezembro de 2020, até as 15:00 (horas de Cabo Verde)**. **Os interessados devem indicar para quais dos Lotes estão a concorrer.**

Unidade de Gestão de Projetos Especiais

Ministério das Finanças

Attn: Nuno Gomes – UGPE Coordenador

Av. China, Edifício Tribunal Constitucional, 3º Andar

Chã d’Areia - Cidade da Praia, Ilha de Santiago

C.P.nº 145, Republica de Cabo Verde

Tel: + 238 - 261 7584/261-6198

Email: concursos.ugpe@gmail.com; ildo.a.varela@mf.gov.cv; Irenalina.b.vicente@mf.gov.cv; Sandra.Lima@mf.gov.cv; ugpe_concurso@mf.gov.cv

C/C: Nuno.gomes@mf.gov.cv;

C/C: Nuno.gomes@mf.gov.cv;



Ministério das Finanças

Direção Nacional das Receitas do Estado

Unidade de Gestão das Aquisições Centralizadas - UGAC
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão - DGPOG

CONCURSO PÚBLICO Nº 03/UGAC/DGPOG/MF/2020

ANÚNCIO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE OUTSOURCING DE ATENDIMENTO PRESENCIAL E REMOTO

**Cidade da Praia, Cabo Verde
Novembro de 2020**

Enquadramento

O presente Convite tem por objeto Aquisição de Serviços Outsourcing de Atendimento Presencial e Remoto, para a **Unidade de Gestão da Casa de Cidadão (UGCC) e Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE)**, conforme as informações do quadro abaixo:

Lotes	Designação	Qtd.	Preço base
Lote I	Atendedores Presenciais	4	4.584.000\$00
	Atendedores Remoto	2	
Lote II	Atendedores presenciais	8	7.944.000\$00
	Telefonista	1	
	Administrativo	1	

1. Entidade Adjudicante: O Ministério das Finanças

2. Órgão competente para a decisão de contratar: Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento: Unidade de Gestão de Aquisições Centralizadas – UGAC, sito no edifício sede do Ministério das Finanças, na Avenida Amílcar Cabral CP nº102, Plateau-cidade da Praia, tel.: nº 2607490/610, e-mail: ugac@mf.gov.cv.

4. Financiamento: As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelo Estado de Cabo Verde.

5. Objeto do Concurso: O presente concurso destina-se Aquisição de Serviços de Outsourcing de Atendimento Presencial e Remoto, para a Unidade de Gestão da Casa do Cidadão (UGCC) e Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE).

6. Local da execução do contrato: Ministro das Finanças de Cabo Verde.

7. Prazo de execução do contrato: 12 (doze) meses.

8. Obtenção dos documentos do concurso: Os documentos relativos ao presente concurso devem ser obtidos junto da UGAC, no Ministério das Finanças através do endereço abaixo:

Unidade de Gestão de Aquisições Centralizadas (UGAC)
Ministério das Finanças
Av. Amílcar Cabral, CP 102 - Praia
TEL.: (+238) 2607 610/490
E-mail: ugac@mf.gov.cv

9. Requisitos de admissão: Podem ser admitidos todos os interessados que reúnem

as capacidades técnicas e financeiras solicitadas no Programa do Concurso e que não estejam em situação de impedimentos, nos termos do artigo 70º do Código de Contratação Pública (CCP).

10. Agrupamentos: Podem ser candidatos agrupamentos de pessoas coletivas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, nos termos do artigo nº 86 do CCP.

11. Propostas variantes: Não são admitidas propostas variantes, nas condições definidas no Caderno de Encargos.

12. Modo de apresentação das propostas: Nos termos do ponto 11 do Programa do Concurso.

13. Língua: As candidaturas bem como os documentos que a acompanham devem ser redigidas em língua Portuguesa ou com a devida tradução. Quando pela a sua natureza ou origem, os documentos para qualificação dos candidatos que estiverem redigidas em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizado.

14. Data de apresentação de propostas: Os interessados devem entregar as manifestações até o dia 29 de dezembro de 2020.

15. Requisitos e critérios para a qualificação: Preço mais baixo

16. Ato público de abertura das candidaturas: O ato público de abertura das candidaturas terá lugar às 9h30 horas do dia 29 dezembro de 2020, na sala de reunião da DGPOG do Ministério das Finanças, podendo no mesmo intervir todos os candidatos e os representantes dos candidatos devidamente credenciados para o efeito.

17. Prazo de manutenção das propostas: 60 dias

18. Critério de adjudicação: Preço mais baixo.

19. Negociação: Não há lugar a negociação.

20. Identificação do autor do anúncio: Unidade de Gestão de Aquisições Centralizadas (UGAC), Ministério das Finanças - Av. Amílcar Cabral, CP 102 – Praia TEL.: (+238) 2607 462/490, E-mail: ugac@mf.gov.cv.

21. Lei aplicável ao procedimento: O presente Procedimento é regulado pela legislação cabo-verdiana, incluindo o Decreto-lei nº 50/2015 de 23 de setembro, que aprova o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e a Lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril, que aprova o Código da Contratação Pública.

22. Data do anúncio

Praia aos 09 de novembro de 2020



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

ANÚNCIO JUDICIAL

= N.º04/TJCSF/2020 =

«****0****»

Dr. **PAULO JORGE SANTOS AIRES**, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo.

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS: AUTOS DE: Inventário Facultativo No 02/2020.

INVENTARIANTE: **Ana Alves**.

INVENTARIADO: **Filipe Alves**.

ORDENA A CITAÇÃO DE:

INTERESSADOS DESCONHECIDOS: COM AS SEGUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS:

a) **Faz Saber**, que pelo Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe/Fogo, são por esta forma Citados os interessados desconhecidos, para no prazo de VINTE DIAS, depois de decorridos outros TRINTA DIAS de dilação, a contar da data da publicação do último anúncio, para deduzirem oposição ao inventário, sua própria legitimidade ou das outras pessoas citadas, e a competência de cabeça de casal, e do prosseguimento dos autos supra referenciados, e no qual desempenha as funções de cabeça de casal, a inventariante Ana Alves, para assistir aos termos do mencionado processo, por óbito do de cujos; Filipe Alves, conforme determina o nº 1 do artº 956º, do Código de Processo Civil Cabo-

-verdiano, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial que se encontra a disposição na Secretaria deste juízo.

b) De que, querendo e necessário for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ): e.

c) De que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone (+238) 2619755/56 - Fax: (+238) 2619754- C.P. 782- Rua Serpa Pinto, no 9. 3o Andar - Plateau. E-mail: ordemadvogados@cvtelecom.cv.

Cidade de São Filipe 30 de novembro de 2020.



S. Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #10238)2813386/33373/74/76- Fax 0 238)2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

= ANÚNCIO =

REG. Nº 02/JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justiça Judicial, registado sob o nº 173/2020, movido pelo autor **ANTÓNIO MIRANDA**, maior de idade, solteiro, operário, natural do Fogo, residente e emigrante nos EUA, representado pelo mandatário judicial constituído Dr. MANUEL ROQUE SILVA, JÚNIOR, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS **INTERESSADOS INCERTOS**.

São citados os réus, com as seguintes advertências legais:

a). Para no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio**, deduzirem, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA - "Um lote de terreno, sito em Xaguete, inscrito na matriz urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sob no 2885/0, confrontando a Norte com Linha d'água. Sul com Via Pública, Este com Passagem Pública e Oeste com Lote, medindo 347.8 metros quadrados. Sobre tal lote foi construído um prédio urbano coberto de betão armado, tendo: a) rés-do-chão com dois quartos, duas casas de banho, um espaço aberto,

uma garagem, uma arrecadação, dois acessos ao 1º andar, uma varanda, um hall e um pátio, b) 1º andar constituído por três quartos, duas salas, duas cozinhas, duas casas de banho, uma arrecadação, um acesso ao 2º andar, um corredor e uma varanda, c) 2º andar constituído por quatro quartos, duas salas, duas casas de banho, uma cozinha, uma caixa de escada, dois corredores, um hall e uma varanda".

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, sob pena de cobrança deste acrescentado da taxa de justiça de igual montante, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 09 de Novembro de 2020.



Tribunal judicial da Comarca do Porto Novo
Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo
Telefone N.22.13.50/516.28.27 - Email: tjportonovo@sapo.cv

ANÚNCIO JUDICIAL

Processo: **JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL No.62/2019-2020**.

Autores: **PATRICE FLORENT HUGUES CESELIA e HELENA CESELIA**, residentes em São Vicente.

Réus: **Incertos**.

FAZ SABER que, no processo e Tribunal acima identificados, são por este meio citados os interessados Incertos para, querendo, deduzirem oposição, no prazo de **10 (DEZ) DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do anúncio respetivo, consistindo o pedido formulado acção em ser reconhecido aos justificantes o seu direito de propriedade sobre o **Prédio Urbano, situado em Lajedos, Concelho do Porto Novo**, feito com blocos de cimento, pedras, betão armado, com um piso, composto por 3 quartos de dormir, 1 casa de banho, 1 cozinha, 1 sala de visita, 1 varanda e 1 quintal, com uma área de 183 m, inscrito na Matriz Predial Urbana da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Porto Novo sob o nº.7103/0, confrontando ao **Norte** com Chafariz, **Sul** com Herdeiros de Guilherme Firmo Medina, **Este** com Her-

deiros de Eusébio Rodrigues e do **Oeste** com Estrada.

Faz ainda saber de que é obrigatória a constituição de advogado, que deverá pagar o preparo inicial no prazo de **cinco dias**, caso contestar, sob pena de, não o fazendo, ser notificado para pagá-lo acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a cobrança coerciva e de que goza da faculdade de requerer a OACV (Ordem dos Advogados de Cabo Verde) o benefício da assistência judiciária podendo ser contactada via telefone ou Fax - (Delegação da OAVC São Vicente- tel. Nr.2312819 fax nr.2322772). -

Tribunal Judicial da Comarca do Porto Novo, 09 de Novembro de 2020.



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

ANÚNCIO JUDICIAL

= N.º 03 TJCSF/2020 =

Dr. **PAULO JORGE SANTOS AIRES**, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS: PROCESSO: **Ação Ordinária. NÚMERO DO PROCESSO: 178/2020.**

AUTORA: **Olívia Fernandes Gonçalves**.

ORDENA A CITAÇÃO DOS RÉUS: RÉUS: **Clarinda Fernandes Gonçalves**, viúva, aposentada, emigrante em parte incerta dos EUA, com última residência conhecida em Cova Figueira, **Clarinda Fátima Gonçalves**, emigrante em parte incerta de Portugal, com última residência conhecida em Cova Figueira, **Graciete Jesus Fernandes Gonçalves**, **Maria Jesus Fernandes Gonçalves**, **Sandra Fernandes Vieira Fontes**, **Eloisa Fernandes Vieira Fontes**, **Francisco Ambrósio Vieira Fontes Júnior**, **Vanda Fernandes Vieira Fontes**, todos residentes em parte incerta dos EUA, com última residência conhecida em Cova Figueira, e demais outros filhos Incertos.

COM AS SEGUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS

a) De que dispõem do prazo de **VINTE DIAS**, depois da finda dilação de **TRINTA DIAS** a contar da data de publicação do último anúncio, para contestarem, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pela autora supra, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial respetiva que fica á sua disposição na Secretaria deste Tribunal, ficando advertidos de que a falta de contestação **não importa** a confissão dos factos articulados pela autora;

da na contestação (art. 449º do CPC):

c) De que é obrigatória a constituição de advogado:

d) De que, caso contestarem a Acção, deverão pagar o preparo inicial no montante de 10.000\$00, (dez mil escudos), dentro do prazo de CINCO DIAS, sob pena de efetua-los acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância (artºs. 58º, 61º e 66º do CCJ), ficando advertidos de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva:

e) De que, querendo e necessário for, poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ): e.

f) De que gozam ainda da faculdade de requererem à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o Benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone. 2619755/56.-Fax: (238)2619754- C.P. 782 - Rua Serpa Pinto, nº 9,3º Piso - Plateau. E-mail: ordemadvogados@cvtelecom.cv.

Cidade de São Filipe e Palácio, de Justiça.
26 de novembro de 2020





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANÚNCIO Nº 1082/2020

Pelo Juízo atrás referido, na Ação Ordinária (Investigação de Maternidade), registados sob o nº 134/20, em que é autora Ernestina Vaz Correia, move contra os **Herdeiros Incertos da Senhora Celestina Barros Afonso**, representado pelo Ministério Público, para no prazo de **VINTE DIAS** que começa a correr depois de findo a dilação fixada em **TRINTA DIAS**, a contar da segunda e última publicação do anúncio, contestar a ação, cujo pedido consiste que seja reconhecida que a autora é filha de Celestina Barros Afonso, falecida e, em consequência, seja ordenado o averbamento no assento de nascimento da falecida Celestina Barros Afonso, bem como da Autora da avoenga materna para todos os efeitos legais.

Mais se faz saber aos citados, de que é obrigatória a constituição de advogado, que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao

dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do art.º 66º do C. Custas Judiciais.

Deve ainda ser informada que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento a prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo.

E que a mesma goza da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de Dois Dias, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 24 de Novembro do ano de 2020.

O Juiz de Direito, A Ajudante de Escrivã,
Dr. Ricardo Cláudio Montenegro, Maria Luísa de Pina Teixeira



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de Segunda publicação, nos termos do no 5 do artigo 869-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Licenciada, Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **dezassete a dezoito verso**, foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbitos de:

Álvaro Silva Fernandes, falecido em nove de Outubro de dois mil e nove, nesta cidade de Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Guilhermina Tavares Silva, sob regime de comunhão geral de bens. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Maria Madalena Silva Fernandes**, viúva, residente nesta cidade de Assomada; **b) - José Júlio da Silva Fernandes**, casado com Maria de Lourdes Lopes Monteiro Fernandes, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **c) - Celso Silva Fernandes**, solteiro, maior, residente em França; **d) - Gracindo Manuel Silva Fernandes**, solteiro, maior, residente em França; **e) - Maria Gracinda Silva Fernandes**, casada com Jerónimo Semedo Moreira, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em França; **f) - Cláudio Silva Fernandes**, solteiro, maior, residente na Praia; **g) - Osvaldo Silva Fernandes**, a data do óbito solteiro, atualmente casado com Merlina Ester Bernardino Correia, sob regime de comunhão geral de bens, residente nesta cidade de Assomada; **h) - Ana Ivete Silva Fernandes**, solteira, maior, residente nesta cidade de Assomada; **i) - Maria Gomes Cardoso Fernandes**, solteira, maior, residente em França; Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago.

Guilhermina Tavares Silva, falecida no dia vinte e oito de Abril de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Assomada, freguesia de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de viúva. Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Maria Madalena Silva Fernandes; b) - José Júlio da Silva Fernandes; c) - Celso Silva Fernandes; d) - Gracindo Manuel Silva Fernandes; e) - Maria Gracinda Silva Fernandes; f) - Cláudio Silva Fernandes; g) - Osvaldo Silva Fernandes; h) - Ana Ivete Silva Fernandes**, todos acima melhor identificados.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **Álvaro Silva Fernandes e Guilhermina Tavares Silva**.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 40 22/2020

A Notária,
Jandira dos Santos Cardoso Vieira
Santa Catarina

Direção Geral dos Registos Notariado e Identificação, Avenida da China, CP. 286 - Praia, Cidade da Praia, República de Cabo Verde T: (+238) 33372 37



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO MAIO
Porto Inglês - Telf. 5162311 - Fax 2551162
Tribunal.Maio@gmail.com

ANÚNCIO nº 13/20-21

A Sra. Dra. **KEILA MONTEIRO SEMEDO**, Juíza de Direito do Tribunal Judicial da Comarca do Maio;

Faz saber que pela Secretaria do Tribunal desta Comarca, nos autos de **Ação Especial de Justificação Judicial**, reg. sob o nº 1/20-21 correm éditos de **(30) TRINTA DIAS** contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, **CITANDO INTERESSADOS INCERTOS**, para no prazo de **(10) DIAS** decorridos que seja o dos éditos, deduzirem oposição a presente Ação (cfr. Art. 133º C do CRP e 231º, nº 2 al) d) do CPC), querendo na ação supra identificada e que o pedido consiste em:

1. **Seja declarado que os AA sucederam os possuidores iniciais de terrenos referidos nas alíneas a) e b) do nº1 da P.L., Teresa Honória de Oliveira e Domingos Santos Neves desde 1935 e 1930, respetivamente;**
2. **Seja reconhecido aos Autores o direito de propriedade sobre os tratos de terrenos referidos nas alíneas a) e b) do n.1 da P.L., por tê- los adquiridos por usucapião - aquisição originária e determinada a sua inscrição no Registo**

Predial.

Ainda ficam advertidos os (réus) do disposto no artigo 445º al) e) do CPC e 133º D da CRP, que a não oposição não implica a confissão dos factos alegados pelos autores; de que é obrigatória a constituição de advogado nestes autos; que com a oposição, se as efetuarem, deverão, no prazo de **05 (CINCO) DIAS**, efetuarem o preparo inicial, sob pena da sua cobrança acrescida de taxa de justiça de igual montante, nos termos do art.º 66.º do C.C.J e que poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária, junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde.

Para constar se passou este anúncio que será entregue aos Autores, para efeito de 1ª e 2ª publicação, nos termos do disposto no artigo 229º al. b).

Cidade do Porto Inglês, Ilha do Maio, aos 04 de dezembro de 2020

A Juíza de Direito
/Keila Monteiro Semedo/
O Secretário Judicial
Albano Barros



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos da Primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 25.11.2020, de folhas 85 a 85v do livro de notas para escritura diversa número 245, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Elvira Mendes Pereira**, nos termos seguintes:

Que que no dia **um de Novembro de dois mil e dezanove**, no Hospital Dr. Agostinho Neto, freguesia de Nessa Senhora da Graça, faleceu **Elvira Mendes Pereira**, aos sessenta e nove anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural que foi do freguesia de Santíssimo Nome de Jesus, concelho da Ribeira Grande de Santiago, filho de Manuel Mendes Pereira e de Maria Mendes Mendonça, e que teve a sua última residência habitual em Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que a falecida não fez testamento,

nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como único herdeiro a sua filha: **Annick Michelle Denesca Mendonça Dagouleh**, solteira, maior, natural de, Milão, Itália, de nacionalidade cabo Verdiana, residente em Bairro Craveiro Lopes, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefiram ou com ela possam concorrer à sucessão.

Os interessados querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87, do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, ao 17 de Novembro de 2020,

O Oficial Ajudante,

João Bernardo Mendes Correia

1º Cartório Notarial da Praia. Telefone-Fax - 2611935-CP-134. Avenida de China, Encosta de Achada Santo António,
Notária Lic : Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF-353331112



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de Segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Licenciada, Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **dezanove a vinte**, foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Domingos de Sousa Furtado**, falecido em vinte e nove de Setembro de dois mil e dezanove, em Pingo Chuva, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Amélia Sanches Pereira, sob regime de comunhão geral de bens. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Luísa Pereira Furtado**, viúva, residente em Portugal; **b) - Belmiro Pereira de Sousa Furtado**, casado com Maria Ressurreição Varela Fernandes, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **c) - António Pereira Furtado**, casado com Ana Mafalda de Pina Furtado, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em França; **d) - Maria Celina Pereira Furtado**, solteira, maior, residente em Pingo Chuva; **e) - Maria**

Elisabete Pereira Furtado, solteira, maior, residente em Pingo Chuva; **f) - José Adriano Pereira Furtado**, solteiro, maior, residente em Portugal; **g) - José Miguel Pereira Furtado**, solteiro, maior, residente em Pingo Chuva; Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram ao indicado herdeiro, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Domingos Sousa Furtado**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 4023/2020

A Notária,
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE SANTA CATARINA
Notária: Jandira dos Santos Cardoso Vieira Palácio de Justiça, rés-do-chão direito, Av. Da Liberdade, Assomada - Cabo Verde (Telefone Voip Notária - 6932/ Secretária 6933/ e-mail Notária: jandira.vieira@mi.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de Segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Licenciada Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e três**, a folhas **sessenta e seis a sessenta e sete**, foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Benvinda Josefa Furtado**, falecida no dia catorze de Julho de dois mil e sete, no Hospital de Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina, com última residência nesta cidade de Assomada, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de casada com António Sanches de Brito, sob regime de comunhão geral de bens.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - João Mendes de Brito**, casado com Ana Maria Martins da Veiga de Brito, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Nhagar; **b) - Maria de Lourdes Furtado de Brito**, solteira, maior, residente em Nhagar; **c) - José António Furtado de Brito**, casado com Amélia Borges furtado de Brito, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Nhagar; **d) - Maria da Conceição Furtado de Brito**, solteira, maior, residente em Florinda, Estados Unidos da América; **e) - Avelino**

Furtado de Brito, casado com Marlene de Jesus Furtado Tavares de Brito, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Suíça; **f) - Maria de Fátima Furtado de Brito**, casado com Jorge Varela Ribeiro, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Suíça. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **Benvinda Josefa Furtado**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 3351/2020

A Notária,
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE SANTA CATARINA Notária: Jandira dos Santos Cardoso Vieira Palácio de Justiça, rés-do-chão direito, Av. Da Liberdade, Assomada - Cabo Verde (Telefone Voip Notária - 6932/ Secretária 6933/ e-mail Notária: jandira.vieira@mi.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de Segunda publicação que, a fls. 58 a 59 do livro de notas para escrituras diversas número 46-B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de treze de novembro dois mil e vinte, na qual se declara que no dia vinte de outubro de dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **LUSIA FERNANDES TEIXEIRA**, de noventa e um anos de idade, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente que foi em São Filipe, no estado de viúva.

Que a falecida não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

a) Anildo Jorge Fernandes Teixeira, solteiro, maior, residente nos Estados Unidos da América.

b) Teresa Fernandes Teixeira, solteira, maior, residente em Portugal.

c) Eugénia Fernandes Teixeira, divorciada, residente em São Filipe.

d) Maria Rosa Fernandes Teixeira, solteira, maior, residente em Portugal.

e) João Teixeira Júnior, casado com Maria Francisca Leite Tavares no regime

de comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América;

f) Isabel Fernandes Teixeira Barros, casada com Frutuoso Cardoso Resende Barros, no regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Ponta Verde: e:

g) Nilda Margarida Fernandes Teixeira da Veiga, casada com Tomé Gonçalves Barros da Veiga, no regime de comunhão de adquiridos, residente em São Filipe, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe.

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança da falecida.

Conta: Reg. Sob o n.º 59/11

Artigo 20º. 4.2 1.000\$00

Selo do acto 200\$00

Soma:.....1.200800 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATORIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A - São Filipe - Telefone nº2811371/2811154

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 56 vº a fls 57 vº do livro de notas para escrituras diversas número 39-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de dois de dezembro de dois mil e dezanove, na qual **MARIA HELENA ANDRADE DE OLIVEIRA**, com NIF171723805, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em Portugal, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um prédio urbano, coberto de betão armado, com rés-do-chão composto por uma garagem e caixa de escada que dá acesso ao primeiro piso com varanda, caixa escada, hall de circulação, sala de estar, cozinha, arrecadação, dois quartos e WC, no sitio de Estância Roque, com área de cento e quarenta e quatro metros quadrados, confrontando ao norte, sul e oeste com terreno municipal e a este com Catarina Andrade, inscrito na matriz predial urbano da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número 2453/0, com o valor matricial de dois milhões e quinhentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que o referido prédio foi por ela construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, nas lavas vulcânicas, sem que pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que está na posse e fruição do imóvel desde a construção e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa-fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, aos vinte e dois de Outubro de dois mil e vinte.

Conta: Reg. Sob o n.º 03/12

Artigo 20º. 4.2 1.000\$00

Selo do acto 200\$00

Soma:.....1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,
/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SANTA CATARINA DO FOGO
Cova Figueira- Telefone nº 2821050

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 25.11.2020, de folhas 64 a 65 do livro de notas para escritura diverso número 246, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária em Subst. Lic em Direito, Carla Monteiro Varela, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbitos de **Matilde Lopes Borges e Francisco Alves Silva**, nos termos seguintes:

Primeira Habilitação

Que no dia **quatro do mês de outubro do ano de mil, novecentos e noventa e seis**, na freguesia e concelho de Santa Catarina, faleceu **Matilde Lopes Borges**, no estado civil de viúva, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, e teve a sua última residência na freguesia de Santa Catarina.

Que a falecida, não fez testamento, e tendo-lhes sucedidos como únicos herdeiros, seus filhos, **João Alves Silva**, casado com Idalina Gomes Semedo, no regime de comunhão de Adquiridos, **Izidoro da Silva**, casado com Maria Tavares, no regime de Comunhão Geral de bens, **Francisco Alves Silva**, casado no regime de comunhão geral de bens, com Maria Tavares Silva, ambos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, respectivamente, residentes em Tomba Touro, Santa Catarina.

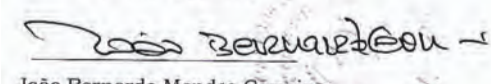
Segunda Habilitação

Que no dia **onze do mês de Julho de 2019**, na freguesia de Santa Catarina, faleceu **Francisco Alves Silva**, no estado civil de casado com Maria Tavares Silva, no regime de Comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, e teve a sua última residência em Santa Catarina. Que o falecido, não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros, seus filhos, **Ana Maria Gomes Silva**, viúva, residente em Lisboa, **Francisca Tavares Silva**, solteira, maior, residente em Madrid Espanha, **Carlos Alberto Tavares Silva**, casado com Maria Madalena Gomes dos Santos, no regime de comunhão de adquiridos, residentes em Palmarejo, Praia, **Natalina Tavares**, casada com Alcides Tavares, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Annemasse - França, **José Francisco Mascarenhas Alves Silva**, viúvo, residente em Palmarejo, Praia, **Dulce Tavares Silva Borges**, casada com Jorge Lopes Borges, no regime de comunhão de Adquiridos, residente em terra Branca, Praia, respetivamente naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe preferam ou com ela possam concorrer à sucessão. Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 03 de dezembro de 2020.

CONTA: 29 /2020

O Oficial Ajudante,

João Bernardo Mendes Correia

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António,
Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF-353331112



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
2º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE 1ª CLASSE DA PRAIA
ACHADA SANTO ANTÓNIO - CP 404-A - PRAIA
Tel. 26262051 2626209



Notária: Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50- 1ª Série, que no dia **três de Dezembro de dois mil e vinte**, no Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, perante a Notária, **Dra. Ana Teresa Ortet Lopes Afonso**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número duzentos e quarenta e quatro /A, de folha **noventa e cinco a noventa e seis**, uma escritura de habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que no dia **dezassete de Julho de mil, novecentos e noventa e seis**, na Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, faleceu **HENRIQUE ROCHA SEMEDO**, no estado de solteiro, natural que foi da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, com última residência habitual em Santana, Freguesia de São João Baptista.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo lhe sucedido como seus únicos herdeiros, os filhos:

a) MARCELINO SEMEDO, a data da sucessão solteiro, actualmente casado com Felisberta Rodrigues Monteiro, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de São João Baptista Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Portugal;

b) JOSE MARIA ROCHA SEMEDO, solteiro, maior, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Portugal;

c) MARIA TERESA DA VEIGA ROCHA SEMEDO MONTEIRO, casada com Domingos Monteiro, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de São João Baptista Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Achada Santo António, Praia;

d) SALOMÃO LOPES SEMEDO, solteiro, maior, natural da Freguesia de São João Baptista Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Portugal; e) **GRACINDA DA VEIGA SEMEDO**, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

f) CELESTE MONTEIRO SEMEDO, solteira, maior, natural da Freguesia de São João Baptista Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Calabaceira, Praia;

g) ANDRALINO MOREIRA SEMEDO, divorciado, natural da Freguesia de São João Baptista Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Santana, São João Baptista;

h) JOÃO BAPTISTA MOREIRA SEMEDO, solteiro, maior, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, actualmente falecido

i) MARIA DO ROSARIO MOREIRA SEMEDO, solteira, maior, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Bela Vista, Praia;

j) SALOME MOREIRA SEMEDO, solteira, maior, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em São Martinho Pequeno;

k) MARIA PAULA ROCHA MOREIRA TAVARES, casada com Adilson José Tavares Moreno Rocha, no regime de Comunhão Geral de Bens, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Bela Vista, Praia;

l) JOSE CARLOS MOREIRA ROCHA, solteiro, maior, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Achada Santo António;

m) ANDREIA MONTEIRO ROCHA SEMEDO, solteira, maior, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente na Cidade da Praia;

n) IVANILDA MONTEIRO SEMEDO, solteira, maior, natural da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Ribeira Grande de Santiago, residente em Portugal; Mais se informa que, nos termos do número cinco do artigo 86- A e do artigo 87 do Código de Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação.

ESTÁ CONFORME

Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, no dia três de Dezembro de dois mil e vinte.

CONTA:

ArtO.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 1511 /2020.



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

Certifico, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100 do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45º /2014, de 20 de Agosto BO nº 50 – 1ª Série, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas no 8, de folhas 19 a 19 V, outorgada no dia 27/11/2020, na qual, **Joana Margarida da Luz**, divorciada, natural de Cabo Verde de nacionalidade Holandesa, titular de passaporte Holandês no NSCKF86H3, emitido em 30 de março de 2015, pelo Burg. Van Rotterdam, residente em Holanda, contribuinte fiscal número 100086306, se declara que é dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, de um prédio rústico, situado em Chã de Padre de Cima, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número 6180/0, com uma área de três mil novecentos e oitenta e sete virgula treze metros quadrados, confrontando do Norte com Graciano Tolentino, Sul com Caminho, Este com Graciano Tolentino e Oeste com Caminho, com o valor matricial de um milhão e duzentos mil escudos, omissos na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul. Que, o dito prédio, lhe veio à posse, por compra feita ao **senhor Normando Pinto**, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o registo na Conservatória competente, mas desde logo entrou na posse, uso e fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja desde 19 de outubro de 1998. Que essa posse não titulada foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial. -

Os interessados, querendo, podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da última publicação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 27/11/2020.



Conta nº577 /2020. -

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul - Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas Tef:(+238)223 16 83 - email: alicia.luz@rmi.gov.cv



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE

Juízo Cível

Caixa Postal nr. 63 telefone 2307813 fax 231 43 55

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Ação Executiva Comum (Pagamento de Quantia Certa) nº 111/2016. Exequente – Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (BAI – Cabo Verde, S. A.).

Executados – Borges e Medina, Comercio de Importação e Exportação, Sociedade Unipessoal, Lda. e Outra.

-0-

FAZ SABER que no processo e Juízo acima indicados, foi designada o dia 25 de Janeiro p.f., pelas 15:00 horas, para abertura de propostas em carta fechada para venda do imóvel adiante identificado, penhorado nos aludidos autos, pelo preço superior ao oferecido pelo dito exequente, que é de 4.410.000\$00 (quatro milhões, quatrocentos e dez mil escudos), para lhe ser adjudicado.

Fracção “A”, Rés-do-Chão, direito do prédio Urbano situado na Rua Domingos Ramos,

inscrito na matriz urbana sob o nº 2472/1, Freguesia de Nossa Senhora da Luz descrita na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e automóvel de São Vicente sob o nº 675/20140224 A.

FAZ SABER AINDA que as propostas devem ser apresentadas no Cartório deste Juízo até aquela hora e que o fiel depositário do mesmo é a Sra. **Isanete Helena Delgado da Luz**, representante do Exequente, acima referido.

Mindelo, 02 de Dezembro de 2020.



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 862-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e três do mês de Outubro do ano dois mil e vinte; no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número um, de folhas dezassete a dezoito a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e seis do mês de Junho do ano dois mil e nove, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Monte Sossego, faleceu **CÂNDIDA MORAIS VIOLANTE**, aos noventa e seis anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Livramento, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de solteira.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos:

MARIA CELESTINA MORAIS, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Livramento, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente em Monte Sossego, ilha de São Vicente;

ARLINDO AUGUSTO MORAIS,

casado com Simoa Otelinda Pereira Morais, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Roterdão Holanda.

Que não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer a herança deferida Cândida Morais Violante.

Mais se informa que podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura, nos termos do n.º 5 do artigo 86-A e do artigo 87º do Código do Notariado.

ESTÁ CONFORME

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos vinte e três de Outubro de dois mil e vinte. -

Art: 20.2. 4.2.....1.000\$00
Selo da acto200\$00
Soma: 1.200\$00
Processo no 238488
Conta n.º 202003077



SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO VICENTE
Avenida da Holanda – Rua Abílio Duarte nº 9 – Monte Sossego
(Telefone: 2312120/31683118)

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 70 vº a fls 71 vº do livro de notas para escrituras diversas número 46-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de trinta de novembro de dois mil e vinte, na qual a Sr.ª **MARISA ALVES FERNANDES**, com NIF117468584, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Monte Grande, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de prédio urbano tendo cave com uma sala, dois quartos, uma cozinha, duas casas de banho, uma varanda, um corredor e uma caixa de escadas, situado em Lacaca, com área de duzentos e vinte e cinco metros quadrados, confrontando ao norte com baldio, sul com baldio, este com via pública e oeste com baldio, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número 7114/0, com o valor matricial de um milhão cento e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e dois escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por o ter construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, num terreno adquirido por compra por escrito particular, no Sr. Amaril-

des Gomes Fernandes, anterior possuidor do mesmo há mais de sessenta anos, sem que pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, está na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome própria, de forma pacífica, de boa-fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invocam para efeito de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos trinta de novembro de dois mil e vinte.

Conta: Reg. Sob o n.º 1 22/11
Artigo 20º.4.2 1.000\$00
Selo do acto 200\$00
Soma:.....1.200800 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,
/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154

EXTRACTO

Certifico, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100 do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei n.º 45º /2014, de 20 de Agosto BO no 50 – 1ª Série, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas no 8, de folhas 15V a 16 V, outorgada no dia 24/11/2020, na qual, **Maria da Luz Santos Oliveira**, divorciada, natural da freguesia de São João Baptista, Concelho do Porto Novo, de nacionalidade francesa, residente em França, titular do passaporte no 16AD18248, emitido em 02/02/2016, pelas Autoridades Francesa, contribuinte fiscal número 160435293, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, de três prédios rústicos, sendo primeiro situado em Lombo comprido, o segundo em Campo de Cão e o terceiro em Chã de Erva, inscritos na matriz predial da freguesia de Santo António das Pombas sob os números 6751/0, com uma área de quatro mil seiscientos e cinquenta e dois metros quadrados, confrontando do Norte com Eduíno Rosa dos Santos Oliveira, Sul com Herdeiros de Henrique Vera Cruz, Este com Lombo e Oeste com Caminho, 6292/0, com uma área de mil quinhentos e três metros quadrados, confrontando do Norte com Levada de Seladinha, Sul com Caminho/Lombo Comprido, Este com Irmãos Lima e Oeste com João de Deus Oliveira e 6278/0, com uma área de quatro mil e dois metros quadrados, confrontando do Norte com Alcindo José Santos Oliveira e António Augusto Fernandes, Sul com Augusto Valdes Santos Oliveira, Este com Borda e Oeste com João Firmino Silva, o primeiro com o valor matricial de duzentos mil escudos, o segundo com o valor matricial de trezentos mil escudos e o terceiro com o valor matricial quatrocentos mil escudos, Omissos na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul.

Que os ditos prédios lhe vieram à posse, desde o ano 1989, por herança deixada pelos pais Joaquim Nobre Pires de Oliveira e Rosa Francisca dos Santos Oliveira, falecidos há trinta anos, e por testamento deixado por Gertrudes Nobre de Oliveira Pires Ferreira sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer os respetivos registos na Conservatória competente, mas desde logo entrou na posse e fruição dos prédios, em nome próprio, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja há trinta anos. Que essa posse não titulada foi adquirida e mantida, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades dos prédios, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal os imóveis, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados, querendo, podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da última publicação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 26/11/2020



Conta nº 575 /2026

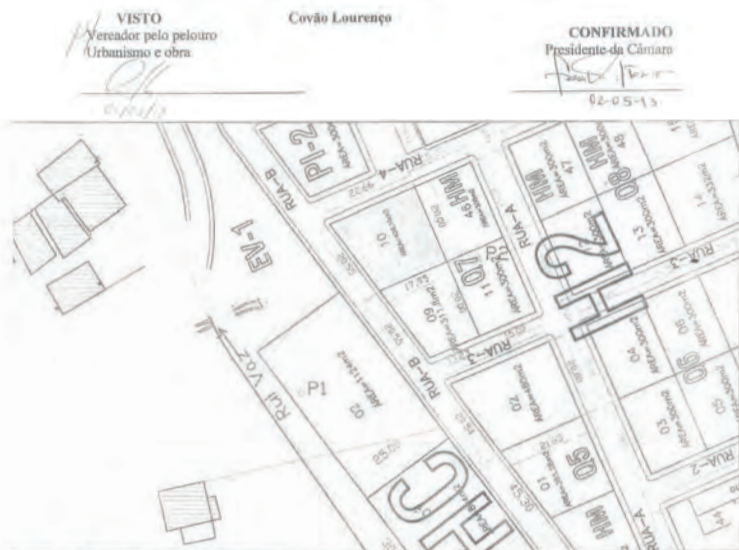
Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul - Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas Tef: (+238)223 16 83 - email: alicia.luz@rni.gov.cv

VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m2. Uso habitação Misto.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
PELOURO DE ORDENAMENTO TERRITÓRIO URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



VISTO Vereador pelo pelouro Urbanismo e obra

CONFIRMADO Presidente da Câmara

92-05-13

Area 23 October - 406,10 m2

G.TÉCNICO
C.M.S.DOMINGOS

URB. [assinatura]
DESEN.
ESC: 1/1000
DATA: 07/03/2013

OBS:

PROP: Rui António Luis Lopes Umbelino

USO: Habitação Mista

Área Total: 406.10m2

Z	Q	L
HM	07	10

AFORZAMENTO DOAÇÃO Compra Ocupação Temporária

Nº de pisos: Cava: 11/2
+ (dois)

Contacto: 9995269



TABELA DE PREÇOS*

Classificados

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	40.000,00	30.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	22.000,00	15.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	15.000,00	11.000,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	11.500,00	8.500,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	6.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como-anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 10 de Dezembro

AFRICANA
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEXTA - 11 de Dezembro

AVENIDA
Fazenda - T: 261 36 90

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SÁBADO - 12 de Dezembro

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

NENA
Mindelo - T: 232 22 92

DOMINGO - 13 de Dezembro

SÃO FILIPE
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

SEGUNDA - 14 de Dezembro

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

TERÇA - 15 de Dezembro

FARMÁCIA 2000
Achadina Baixo - T: 261 56 55

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

QUARTA - 16 de Dezembro

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17